

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Faculdade de Administração e de Turismo**  
**Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel**  
**Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais**



**Pobreza Rural:**

Uma análise a partir das beneficiárias do Programa Bolsa Família de Amaral  
Ferrador

**Stefanie Herbsthofer**

**Pelotas**

**2019**

**Stefanie Herbsthofer**

**Pobreza Rural**

Uma análise a partir das beneficiárias do Programa Bolsa Família de Amaral  
Ferrador

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais, da Faculdade de Administração e de Turismo e da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais.

Orientador: Mario Duarte Canever  
Co-orientador: Décio Souza Cotrim

**Pelotas**  
**2019**

STEFANIE HERBSTHOFER

Pobreza Rural: uma análise a partir das beneficiárias do Programa Bolsa Família de  
Amaral Ferrador

Dissertação aprovada como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em  
Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais, Programa de Pós-  
Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais, Faculdade de  
Administração e de Turismo/Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade  
Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 21 de março de 2019

Banca Examinadora:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nádia Velleda Caldas  
Doutora em Agronomia pela Universidade Federal de Pelotas

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Daniela Dias Kuhn  
Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dr.<sup>a</sup> Tanise Dias Freitas  
Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aqui, com toda a minha sinceridade, a todos que me ajudaram a chegar neste momento de conclusão da dissertação.

Aos meus pais, pelo apoio e pela confiança. Às amigadas que eu fiz durante essa jornada, que começou no último ano da graduação, Ana Luiza Corrêa, Marina Daneluz, Mariana Polastrini e Retiele Vellar, obrigada pelos conselhos, os momentos de descontração e, principalmente, a paciência.

Agradeço à equipe de Assistência Técnica e Extensão Rural de Amaral Ferrador por todo o suporte que me deram durante a realização desta pesquisa, imprescindível para que ela fosse efetuada.

E, por fim, agradeço profundamente meus orientadores, Mario Duarte Canever e Décio Souza Cotrim, pela referência, pela liberdade que sempre me conferiram e pelo exemplo.

*Para os que chegavam, o mundo em que entravam era a arena dos seus ganhos, em ouro e glórias. Para os índios que ali estavam, nus na praia, o mundo era um luxo de se viver. Este foi o encontro fatal que ali se dera. Ao longo das praias brasileiras de 1500, se defrontaram, pasmos de se verem uns aos outros tal qual eram, a selvageria e a civilização. Suas concepções, não só diferentes mas opostas, do mundo, da vida, da morte, do amor, se chocaram cruamente. Os navegantes, barbudos, hirsutos, fedentos, escalavrados de feridas de escorbuto, olhavam o que parecia ser a inocência e a beleza encarnadas. Os índios, esplêndidos de vigor e de beleza, viam, ainda mais pasmos, aqueles seres que saíam do mar.*

*Darcy Ribeiro*

## RESUMO

HERBSTHOFER, Stefanie. Pobreza Rural: uma análise a partir das beneficiárias do Programa Bolsa Família de Amaral Ferrador. 2019. 104f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais) – Programa de Pós-Graduação em Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel e Faculdade de Administração e Turismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

A pobreza é um fenômeno muito persistente na sociedade e está presente em menores ou maiores proporções em todos os países, mantendo quantidades significativas de pessoas às margens de processos de desenvolvimento. Suas concepções são diversas, contudo, para Amartya Sen, a pobreza consiste da privação de capacidades básicas, o que acaba por reduzir a liberdade individual de escolha. No Brasil, é no meio rural onde é possível encontrar as maiores concentrações de pessoas vivendo nessa situação. No entanto, a lógica sob a qual vivem as famílias rurais diverge da lógica capitalista que costuma imperar nos centros urbanos, o que requer que seja despendida uma atenção diferenciada no processo de compreensão da pobreza rural para que se possa eficientemente combatê-la. Com esse intuito, o presente estudo tem como objetivo obter um retrato da realidade da pobreza rural a partir do caso do município sul-rio-grandense de Amaral Ferrador, utilizando a ferramenta metodológica da Perspectiva Orientada ao Ator, a qual enxerga as dinâmicas sociais como uma construção dos atores, fugindo da ideia estruturalista de intervenção com uma abordagem construtivista e antropológica. Para alcançar esse objetivo, foram obtidos relatos de beneficiárias do Programa Bolsa Família e de outros atores que conheçam de perto essa realidade. Quanto à metodologia, o estudo foi realizado dentro da abordagem qualitativa em formato de estudo de caso. Foram realizadas entrevistas abertas e semiestruturadas, amparados pela técnica de observação participante, sendo os dados provenientes analisados a partir de análise de conteúdo do enunciado. Como principais resultados, constatou-se que as condições sob as quais vivem essas famílias são precárias, sendo saneamento básico, situação das vias e transporte público os pontos mais urgentes. A situação de isolamento do município limita significativamente a liberdade de escolha da população e a sua capacidade de agência é a mais afetada pelas condições às quais ela está sujeita. O Bolsa Família é a única renda fixa da população rural, fato que dificulta sua busca por autonomia e melhores condições de vida, além de levantar questionamentos acerca de sua efetividade como ferramenta de combate à pobreza. O que se percebe é que a transferência de renda, por si só, sem o apoio de ações em prol do desenvolvimento, não permite alterações de longo prazo no quadro de pobreza, especialmente no caso do meio rural.

**Palavras-chave:** Pobreza Rural; Pobreza Multidimensional; Bolsa Família; Perspectiva Orientada ao Ator.

## ABSTRACT

HERBSTHOFER, Stefanie. Rural Poverty: an analysis from the Bolsa Família Program beneficiaries from Amaral Ferrador. 2019. 104f. Dissertation (Masters in Territorial Development and Agroindustrial Systems) – Postgraduate Program in Masters in Territorial Development and Agroindustrial Systems, Eliseu Maciel Agronomy College and Administration and Tourism College, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2019.

Poverty is a very persistent phenomenon in society and it is present in smaller or larger proportions in every country, maintaining absurd quantities of people on the margins of development processes. Its conceptions are diverse, although, for Amartya Sen, poverty consists of the privation of basic capacities, which ends up reducing the individual liberty of choice. In Brazil, it is in the rural areas where it is possible to find the largest concentrations of people living under this situation. However, the logic under which rural families live diverges from the capitalist logic that reigns over urban centers, which requires that a differentiated attention is spend on the comprehension process of rural poverty so that it can be efficiently opposed. For that purpose, the current study aims to obtain a portrait of the rural poverty reality from the case of the southern county of Amaral Ferrador, using the Actor Oriented Perspective methodological tool, which sees social dynamics as actor's constructions, running away from the structuralist idea of intervention with a constructivist and anthropological approach. To reach this goal, reports were obtained from Bolsa Família Program beneficiaries and other actors who closely know this reality. Regarding the methodology, the study was conducted within the qualitative approach as a case study. Open and semi structured interviews were done, supported by the participant observation technique, with the coming data being analyzed through enunciation content analysis. As main results, it was found that the conditions under which these families live are precarious, with basic sanitation, roads situation and public transportation being the most pressing matters. The county's isolation situation significantly limits the population's liberty of choice and its agency capacity is the most affected one by the conditions to which it is subjected. Bolsa Família is the single fixed income of the rural population, a fact that complicates its pursuit for autonomy and better life conditions, besides raising questions about the program's effectivity as a poverty-fighting tool. What is perceived is that income transfer, on its own, without the support of actions for development, does not allow long-term alterations in the poverty framework, especially when it comes to rural areas.

**Keywords:** Rural Poverty; Multidimensional Poverty; Bolsa Família; Actor Oriented Perspective.

## APRESENTAÇÃO

O tema desta pesquisa surgiu como resultado de um longo processo de amadurecimento de ideias e transformação da minha visão de mundo. Vejo-o assim, como a transformação da minha visão de mundo, foi significativo a esse ponto.

Tendo cursado Agronomia e, por quatro anos durante a graduação, feito estágios nas áreas de Sementes, Fruticultura e Olericultura, me inserir em debates sobre Desenvolvimento Rural não era algo que fazia parte dos planos. No entanto, após trabalhar com Extensão Rural acompanhando fumicultores em transição agroecológica, esse passou a ser o único caminho possível.

Juntei-me ao então Núcleo de Estudos sobre o Agronegócio, da UFPel, que estava realizando em 2016 uma série de pesquisas baseadas em dados provenientes da Chamada Pública de diversificação de produção e renda em municípios com produção de tabaco. A complexidade e os efeitos devastadores da cadeia produtiva do tabaco despertaram meu interesse pelas condições de vida da população rural, tema tão frequentemente esquecido pelos agrônomos, enquanto somos nós os profissionais que mais temos contato com essas pessoas.

Escolhi aproveitar esta oportunidade para investigar a realidade tão persistente da pobreza rural, colaborando para ampliar um pouco mais o que se sabe sobre esse fenômeno, reforçar a importância de debatê-lo e, ainda, de inserir agrônomos nesse tipo de debate.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Valores dos benefícios do Programa Bolsa Família. Fonte: MDS (2019)...	18
Figura 2 Localização de Amaral Ferrador no mapa do Rio Grande do Sul, Brasil. Fonte: Wikipédia (2018).....	23
Figura 3 Ciclo demográfico de uma família camponesa. Fonte: Adaptado pela autora de Chayanov (1974).....	30
Figura 4 Amaral Ferrador, dividido em localidades. Fonte: Emater-Ascar (2013).....	46
Figura 5 Entrevistada 1 em frente à sua casa. Fonte: Acervo da autora.....	59
Figura 6 Estufa de tabaco na propriedade da entrevistada 1. Fonte: Acervo da autora.....	60
Figura 7 Resumo dos resultados obtidos. Fonte: Elaboração da autora.....	76

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Grau multidimensional de pobreza: situação em grupos vulneráveis, em porcentagem. ....	16
Tabela 2 Condicionalidades do beneficiamento do PBF. ....	18
Tabela 3 Quinze menores IDH-Ms do RS, em ordem decrescente, suas respectivas populações, por situação de domicílio, suas respectivas famílias cadastradas pelo CadÚnico e beneficiárias do PBF e a relação entre beneficiários do PBF e a população total de cada município. ....	22

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Dimensões e categorias analíticas da entrevista.....	42
Quadro 2 Características das beneficiárias entrevistadas.....	52

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais

CRAS – Centro de Referência em Assistência Social

Emater-Ascar – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural em conjunto com a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

ONU – Organização das Nações Unidas

PBF – Programa Bolsa Família

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POA – Perspectiva Orientada ao Ator

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1.1. O local do estudo</b> .....	20
<b>1.2. Objetivos</b> .....	24
<b>2. BASE TEÓRICA E CONTEXTUALIZAÇÃO</b> .....	25
<b>2.1. Caminhando para um entendimento acerca da pobreza</b> .....	25
<b>2.2. O contexto da pobreza rural</b> .....	29
<b>2.3. A trajetória do Programa Bolsa Família</b> .....	34
<b>2.4. A fomicultura familiar</b> .....	35
<b>3. METODOLOGIA</b> .....	38
<b>4. RESULTADOS E DICUSSÃO</b> .....	44
<b>4.1. Amaral Ferrador e os entraves para o seu desenvolvimento</b> .....	45
<b>4.2. Sob que condições vivem esses atores beneficiários do Bolsa Família</b> .51	
<b>4.2.1. Habitação</b> .....	52
<b>4.2.2. Trabalho e acesso a serviços públicos</b> .....	54
<b>4.2.3. Segurança alimentar</b> .....	56
<b>4.2.4. Participação social</b> .....	57
<b>4.2.5. Políticas públicas</b> .....	58
<b>4.3. Como esses atores compreendem a pobreza</b> .....	62
<b>4.4. Como esses atores são privados de escolhas e capacidades</b> .....	65
<b>4.5. Os projetos familiares locais e a importância do Programa Bolsa Família</b> .....	72
<b>4.6. Reflexões sobre o combate à pobreza e os níveis de qualidade de vida</b>	76
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	87
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	92
<b>APÊNDICE</b> .....	103

## 1. INTRODUÇÃO

A pobreza é um fenômeno muito persistente na sociedade e está presente em menores ou maiores proporções em todos os países, mantendo quantidades significativas de pessoas às margens de processos de desenvolvimento. Como afirmam Junior e Serriera (2017, p. 102), é preciso “compreender que as concepções de pobreza são diversas, podendo estar baseadas em perspectivas unidimensionais e multidimensionais em diferentes linhas da ciência econômica”.

Segundo os autores, as perspectivas unidimensionais se baseiam em apenas um indicador para mensurar a pobreza, a renda, enquanto as tendências multidimensionais englobam diferentes dimensões e indicadores para reconhecer a situação (JUNIOR; SARRIERA, 2017). No que diz respeito à pobreza monetária, o Brasil foi, ao lado de países como China, Índia e Indonésia, um dos países que mais reduziu a porção de sua população vivendo abaixo da linha internacional da pobreza nos últimos 30 anos. Segundo o Banco Mundial (2017), de 1990 até 2013, o número de pessoas brasileiras vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia – a linha internacional de extrema pobreza – passou de 31 milhões para 10 milhões.

De acordo com o relatório anual feito pelo Banco Mundial, a partir de 2014, no entanto, a porcentagem da população vivendo abaixo desta linha voltou a aumentar, chegando, em 2017, a um contingente de 15,3 milhões de pessoas nessa situação (WORLD BANK, 2017; IBGE, 2018). Mas, afinal, o que essa linha significa? Desde a alteração realizada em novembro de 2017, a linha internacional da pobreza adotada pelo Banco Mundial consiste de US\$ 5,50 por dia para países de renda média alta, como é o caso do Brasil, e de US\$ 3,20 para países de renda média baixa, com a linha de extrema pobreza se fixando na quantia de US\$ 1,90 (ONU, 2018).

No entanto, a ideia de que a pobreza é simplesmente o não alcance de determinada faixa de renda não considera os fatores que impedem tal alcance ou o quanto a faixa de renda em que se encontra determinado grupo de pessoas de fato afeta suas condições de vida. Como afirmam Junior e Sarriera (2017, p. 102), “[...] as pesquisas que trabalham com renda de forma geral não necessariamente focam as consequências de uma realidade de pobreza”.

É compreensível que a renda influencie as condições de vida de uma população, porém o grau dessa influência varia não só de país para país, como de região para região e de grupo social para grupo social. Se considerada a subjetividade do ser humano, a ideia de pobreza toma um rumo muito diferente do que, simplesmente, o econômico.

Em sua *Abordagem das Capacitações*, Sen (2000) afirma que a pobreza consiste na privação das capacidades básicas, enquanto a riqueza nada mais é do que um meio para que se obtenha e se façam coisas que se tem vontade, ou seja, para que se exerça a liberdade de escolha. Partindo dessa ideia, a pobreza é um fenômeno pautado em diversas dimensões, muito além da ideia exclusivamente econômica utilizada de forma tão corrente para determiná-la.

O autor ressalta as diferenças existentes entre as populações pobres a partir da relação entre rendas e realizações, ou entre a riqueza econômica e a possibilidade de viver como se gostaria, afirmando que, por mais que viver uma vida longa e de qualidade seja o desejo da maioria das pessoas, em que consiste essa qualidade varia enormemente para cada grupo social (SEN, 2000).

Quando se comparam a pobreza urbana e a pobreza rural, é possível ilustrar as variações do fenômeno de maneira mais clara, pois no meio rural a pobreza tem algumas particularidades. Assegurar o acesso a estradas, a escolas e a serviços de saúde é um grande desafio, assim como à água potável e ao saneamento básico, que também são escassos nas zonas periféricas urbanas.

Além dessas dificuldades, há também o diferencial de que é grande a parcela dos rendimentos não monetários da família rural, provenientes da produção agropecuária destinada para o consumo próprio, ou autoconsumo, fato este que dificulta a mensuração da pobreza através de índices tradicionais. Ainda, a capacidade dessas populações de diversificar as fontes de renda depende dos recursos de produção disponíveis, das ofertas de trabalho no mercado local e dos benefícios sociais oferecidos (BRYDEN et al., 1992).

A partir de uma abordagem multidimensional, como a apresentada em Barros et al. (2006), a concentração da pobreza no rural fica bastante evidente. De acordo com os autores, os residentes de áreas rurais são os mais pobres dentre os grupos

sociodemográficos particularmente vulneráveis selecionados por eles para comparação, atingindo quase 40% de pobreza, como pode ser visto na tabela 1.

Tabela 1 Grau multidimensional de pobreza: situação em grupos vulneráveis, em porcentagem.

<b>Dimensão</b>	<b>Total Brasil</b>	<b>Crianças</b>	<b>Idosos</b>	<b>Negros</b>	<b>Membros de famílias chefiadas por mulheres</b>	<b>Área Rural</b>
<b>Indicador sintético</b>	25	30	33	30	28	39
<b>Vulnerabilidade</b>	24	36	37	26	31	27
<b>Acesso ao conhecimento</b>	37	36	56	44	40	52
<b>Acesso ao trabalho</b>	41	45	59	47	46	62
<b>Disponibilidade de recursos</b>	22	30	26	28	26	34
<b>Desenvolvimento infantil</b>	8	11	8	11	9	15
<b>Condições habitacionais</b>	17	22	14	22	14	45

Fonte: Barros et al. (2006).

Em outro estudo sobre pobreza multidimensional, Kageyama e Hoffmann (2006) afirmam que a pobreza estritamente monetária tende a acompanhar os ciclos econômicos, reduzindo-se quando a economia local melhora. Porém, os outros tipos de pobreza estão mais relacionados com efeitos de longo prazo consequentes do desenvolvimento regional e dos investimentos em infraestrutura.

Sendo a redução da pobreza multidimensional resultado do avanço do desenvolvimento e os espaços rurais os locais com maior concentração dessa pobreza no Brasil, conseguir retratar estas realidades deveria ser uma prioridade na agenda de desenvolvimento do país.

A ideia de desenvolvimento, inclusive, constitui outro ponto de discórdia no que diz respeito a sua definição. Para Amartya Sen (2000), desenvolvimento é sinônimo de liberdade, ou seja, um estado no qual todas as capacidades básicas estão sendo exercidas. Essa ideia foi fundamental para a elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH –, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – desde 1990 e adotado como ferramenta oficial de avaliação do fenômeno pela ONU. De acordo com Sen e Anand (1994), esse relatório partiu do pressuposto de distinguir os meios e os fins do desenvolvimento, alterando seu foco para os seres humanos e o aumento de suas realizações,

liberdades e capacidades, ao invés de focar apenas na riqueza gerada por sua força de trabalho.

O IDH apresenta três dimensões: longevidade, educação e renda. A primeira é representada pela expectativa de vida ao nascer; a segunda, por uma combinação entre a taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrículas nos três níveis de ensino (fundamental, médio e superior); e a terceira, por fim, é representada pelo Produto Interno Bruto *per capita* (MARTINS; FERRAZ; COSTA, 2006). Para o cálculo do IDH municipal, a dimensão educação é modificada, a fim de avaliar melhor as condições de núcleos sociais menores, sendo então utilizados como indicadores a taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos e a taxa bruta de frequência à escola (BRASIL, 2003).

Embora esse índice torne a comparação entre os graus de desenvolvimento de diferentes espaços mais abrangente em relação às suas distinções quando comparado ao uso isolado do PIB *per capita* que se dava anteriormente, ele não é capaz de representar toda a complexidade inerente a esse processo, como afirma Favareto (2006, p. 51),

[...] as bases científicas do desenvolvimento precisam dar conta da explicação dos fenômenos relativos à evolução de longo prazo das sociedades humanas, da estrutura e da mudança nestas sociedades, e se esta evolução comporta uma multiplicidade de dimensões.

De acordo com Skoufias, Nakamura e Gukovas (2016), os principais esforços responsáveis por melhorar as condições de vida de tantos brasileiros até 2014 consistiram no rápido crescimento do emprego formal, em maiores salários reais e em programas redistributivos de assistência social como o Bolsa Família. O Programa Bolsa Família – PBF – surgiu em 2003 como forma de unificar vários programas assistenciais já existentes, sendo eles o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação, o Programa Nacional de Acesso à Alimentação, o Programa Auxílio-Gás, o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Saúde e o Cadastro Único do Governo Federal (RIOS, 2011).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, até 2018, 21% da população brasileira recebia o Bolsa Família – o equivalente a quase 44 milhões de pessoas (REVISTA VALOR, 2018). Na tabela 2 são apresentados os critérios estabelecidos para que as pessoas possam acessar este benefício.

Tabela 2 Condicionalidades do beneficiamento do PBF.

<b>Renda</b>	Renda mensal por pessoa de até R\$ 89,00 ou renda mensal por pessoa de R\$ 89,01 a R\$ 178,00, desde que possuam crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos
<b>Saúde</b>	Acompanhamento da saúde das mulheres de 14 a 44 anos
	Vacinação e acompanhamento de peso e altura de crianças de até 7 anos
	Acompanhamento pré-natal de gestantes
<b>Educação</b>	Garantia de 85% da frequência escolar de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos

Fonte: MDS (2019).



Figura 1 Valores dos benefícios do Programa Bolsa Família. Fonte: MDS, (2019).

A política do PBF é a mesma em todo o território nacional, ou seja, independentemente de onde no Brasil uma pessoa encontre-se, viva ela em zona rural ou urbana ela será considerada pobre se tiver uma renda mensal inferior a R\$ 178,00. Assim, por mais que o programa englobe o acesso à educação e à saúde – serviços que levam ao aumento das capacidades básicas – a partir da implementação do benefício, o que define o acesso a ele continua sendo um critério de caráter homogêneo e unidimensional.

Reforça-se, portanto, a necessidade de aprofundar o conhecimento existente sobre o fenômeno da pobreza e entender como ele se manifesta de diferentes

formas de acordo com o contexto que se observa. Existe na literatura um grande contingente de estudos acerca da pobreza que consideram suas múltiplas dimensões, entretanto, a maioria deles se concentra na sua representação escalar.

Estudos qualitativos sobre este tema são mais escassos, como os da indiana Deepa Narayan que, com base em Avaliações Participativas sobre a Pobreza, deu início a uma série de trabalhos realizados pelo Banco Mundial sobre o que os pobres têm a dizer sobre a pobreza (CRESPO; GUROVITZ, 2002). Dentre os resultados gerados por esse esforço encontram-se o trabalho *Consultations with the poor*, de Rahmato, Kidanu e Ababa (1999), conduzido na Etiópia, e *Vozes dos pobres*, publicado como relatório do Banco Mundial (2000), realizado no Brasil considerando a pobreza urbana.

Tratando-se de um assunto tão relevante, tanto na academia como no cotidiano da vida em sociedade, é surpreendente que tão poucos estudos tratem dessa temática. Como afirmam Banerjee e Duflo (2011), para que políticas de combate à pobreza sejam efetivas é preciso que 1) sejam identificadas as reais necessidades da população-alvo e 2) haja uma compreensão da lógica por trás de suas decisões.

Para Long (2001), dá-se ênfase demais nos efeitos das intervenções – governamentais ou não – e não nas vidas das pessoas afetadas, ignorando-se, assim, um elemento crucial para o processo de mudança social: a subjetividade. O autor elaborou a Perspectiva Orientada ao Ator – POA – que permite observar as dinâmicas sociais como uma construção dos atores, fugindo da ideia estruturalista de intervenção com uma abordagem construtivista e antropológica (LONG, 2001). Segundo a POA, quando se fala em populações empobrecidas, é preciso ter em mente que, apesar de sua situação de vida, elas também são constituídas de indivíduos, com interesses e ideias próprias que afetam suas decisões diárias, o que retoma a ideia de Sen.

O uso da POA em investigações sobre a pobreza rural pode trazer à tona informações importantes sobre o que os atores que vivenciam essa realidade de fato pensam sobre a situação e sobre suas condições de vida. Investigar suas inquietações, práticas e costumes pode trazer à luz este fenômeno de forma que se obtenha uma visão mais humana desses atores, permitindo que as demais parcelas

da população se identifiquem com elas e se preocupem mais com esse contexto social e político.

A fim de comparar as ideias de desenvolvimento e pobreza adotadas por órgãos oficiais com a realidade das populações que vivem sob condições de vida consideradas precárias, este estudo pretende analisar, utilizando metodologicamente a POA, as realidades de famílias beneficiárias do PBF, residentes de uma localidade com baixo IDH. Neste sentido, com que fidelidade essas ferramentas de determinação do grau de subdesenvolvimento e pobreza retratam a vida dos atores sujeitos a esses fenômenos?

O objetivo deste estudo, portanto, é obter um retrato da realidade da pobreza rural, utilizando a ferramenta metodológica da Perspectiva Orientada ao Ator, a partir dos relatos de beneficiários do PBF e de outros atores que conheçam de perto essa realidade.

### **1.1. O local do estudo**

De acordo com a classificação do IDH, a região Sul do Brasil é a região mais homogeneamente bem desenvolvida do país, com seus três estados constituintes estando entre os seis maiores IDHs nacionais. Seu maior estado, o Rio Grande do Sul, encontra-se na 6ª posição geral do ranking brasileiro, segundo a última medição efetuada (PNUD, 2010).

Entretanto, como já foi evidenciado por Kühn (2008, p. 14),

[...] é preciso reconhecer que a situação brasileira está longe de ser algo que possa ser considerado satisfatório, em termos de oportunidades de saúde e educação, por exemplo, para a grande maioria da população. Sendo assim, o que se evidencia é que, mesmo que a situação, em termos de indicadores de desenvolvimento humano, no Rio Grande do Sul, seja uma das mais favoráveis no país, em relação aos vinte e sete estados brasileiros, existem diversos aspectos que precisam de atenção e reformulações para que os cidadãos possam ter mais e melhores oportunidades de escolhas ao longo da sua vida.

Logo, a fim de reunir características que vão além dessa classificação, a tabela 3 reúne os quinze menores IDHs municipais do estado, a separação de suas respectivas populações por situação de domicílio, a quantidade de famílias cadastradas pelo CadÚnico e a quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Percebe-se como prevalecem os municípios predominantemente rurais e, no que diz respeito aos índices, a dimensão que mais reduz o IDH-M geral dos municípios é em unanimidade a da educação.

Tabela 3 Quinze menores IDH-Ms do RS, em ordem decrescente, suas respectivas populações, por situação de domicílio, suas respectivas famílias cadastradas pelo CadÚnico e beneficiárias do PBF e a relação entre beneficiários do PBF e a população total de cada município.

Município	Número de famílias cadastradas pelo Cadastro Único	Número de famílias beneficiárias do PBF	Beneficiários do PBF em relação à população total (%)	População rural (%)	População urbana (%)	IDH-M Educação	IDH-M Longevidade	IDH-M Renda	IDH-M
Sinimbu	699	420	10,06	85,73	14,27	0,456	0,792	0,697	0,631
Redentora	1.687	1.217	33,34	70,63	29,37	0,523	0,792	0,606	0,631
Jari	330	168	10,07	82,85	17,15	0,473	0,836	0,636	0,631
Turuçu	484	162	10,48	57,78	42,22	0,446	0,814	0,685	0,629
Amaral Ferrador	861	456	16,34	70,63	29,37	0,457	0,802	0,664	0,624
Vale do Sol	1.015	208	4,04	88,72	11,28	0,439	0,813	0,681	0,624
São José do Norte	3.854	1.424	11,86	31,84	68,16	0,461	0,792	0,663	0,623
Passa Sete	420	228	9,58	89,23	10,77	0,482	0,782	0,639	0,622
Charrua	308	220	17,11	83,17	16,83	0,385	0,885	0,699	0,62
Benjamin Constant do Sul	484	306	31,51	85,22	14,78	0,492	0,801	0,601	0,619
Herveiras	177	112	9,95	87	13	0,441	0,792	0,67	0,616
Jaquirana	493	265	16,35	41,82	58,18	0,475	0,779	0,626	0,614
Lajeado do Bugre	479	200	19,02	71,61	28,39	0,465	0,822	0,604	0,613
Barão do Triunfo	650	340	11,53	90,07	9,93	0,428	0,821	0,645	0,61
Dom Feliciano	1.512	855	15,15	76,82	23,18	0,39	0,818	0,633	0,587

Fonte: Elaboração da autora a partir de PNUD (2010); IBGE (2010); BRASIL (2019).

Desses municípios, o município de Amaral Ferrador chama a atenção por seu baixo IDH-M, apesar de estar localizado entre dois grandes centros urbanos, Pelotas e Porto Alegre (figura 2). No entanto, este município encontra-se isolado devido à ausência de estradas pavimentadas que o liguem aos municípios à sua volta, apresentando uma predominância rural e um elevado número de famílias beneficiárias do PBF, as quais representam quase 17% da população, o que evidencia a importância da assistência governamental para a população local.

Amaral Ferrador possui atualmente uma população estimada de 6.974 habitantes (IBGE, 2018), constituindo-se como um município jovem, tendo emancipado-se de Encruzilhada do Sul em 1988 (IBGE, 2013).



Figura 2 Localização de Amaral Ferrador no mapa ilustrativo do Rio Grande do Sul, Brasil. Fonte: Wikipédia (2018).

O município apresenta característica marcante da agricultura familiar, contendo 1.120 estabelecimentos familiares, os quais compõem 79% do total de estabelecimentos rurais município, ocupando 45% da área rural, como afirma Bonato (2013). Segundo o autor, a principal fonte de renda é a fumicultura, cuja participação no PIB agrícola compreendia, em 2013, 61,4% do total, tendo sido produzidas ali 2.900 toneladas de tabaco no mesmo ano (BONATO, 2013).

O cultivo de tabaco se dá principalmente através do sistema integrado de produção, que consiste de uma relação contratual entre indústria e produtor,

na qual a primeira fornece para o segundo os insumos de produção, a fim de que estes sejam pagos através da matéria-prima produzida no final da safra.

Em condições de produção fora do ideal, esse tipo de vínculo pode acabar deixando o produtor em desvantagem. No caso de Amaral Ferrador, segundo Balem et al. (2012), os recursos naturais vêm sendo degradados nas últimas décadas devido à exploração contínua e sem os devidos cuidados de preservação. Além disso, as propriedades são bastante pequenas, inferiores a 10 hectares, sendo expressiva a quantidade de arrendatários.

Fatores como esses dificultam a diversificação de produção e renda além de perpetuarem as disparidades e exclusões sociais as propriedades familiares. Como afirmam os autores,

As transformações históricas ocorridas na região onde se situa o município de Amaral Ferrador-RS foram marcadas pela forte influência dos latifundiários e contribuíram para a concentração fundiária, resultando num meio social onde o domínio dos mais pobres pelos abastados é pacificamente consentido. Por esta razão, é tolerável o precário ou inexistente acesso à terra pela maioria da população rural. Este quadro tem sido relevante para determinar as atividades desenvolvidas, as relações socioculturais e as relações de produção (BALEM et al., 2012, p. 1).

## **1.2. Objetivos**

O objetivo deste estudo é obter um retrato da realidade da pobreza rural, utilizando a ferramenta metodológica da Perspectiva Orientada ao Ator, a partir do caso do município sul rio-grandense de Amaral Ferrador. Para tanto, tem-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar sob que condições vivem esses atores em situação de pobreza;
- b) Compreender como esses atores definem a pobreza;
- c) Compreender como eles são privados de escolhas e capacidades;
- d) Compreender a importância do Programa Bolsa Família para os projetos familiares locais.

## **2. BASE TEÓRICA E CONTEXTUALIZAÇÃO**

### **2.1. Caminhando para um entendimento acerca da pobreza**

A pobreza é um fenômeno amplamente discutido em órgãos como a Organização das Nações Unidas, o Banco Mundial, os governos e as Organizações Não Governamentais. Ainda assim, como afirmam De Mattos e Waquil (2008), o debate sobre o que de fato significa “ser pobre” continua em aberto.

Essa condição sempre esteve presente na história da humanidade, independentemente do povo e do período. De acordo com Lacerda (2012), a pobreza foi, por muito tempo, relacionada à ideia da determinação divina, sendo os “pobres” predestinados a uma vida sem terras e riquezas de acordo com a classe social à qual pertenciam. Tal definição foi se complexificando, em especial nos séculos mais recentes, passando por ressignificações a partir de diferentes perspectivas. Como afirma Kühn, (2008, p. 30),

Uma das questões fundamentais nos estudos atuais é identificar o parâmetro de comparação. Neste sentido, uma das primeiras ações relevantes nos estudos sobre pobreza é identificar aspectos relativos e absolutos da pobreza. A situação de pobreza absoluta identifica, a partir de um critério determinado, aqueles indivíduos que não têm acesso às condições mínimas de sobrevivência. A pobreza relativa apresenta análises comparativas entre diversos grupos, indicando entre eles qual seria o mais pobre. A pobreza relativa evidencia-se de acordo com o contexto social em que determinada família ou indivíduo se encontra.

Há os que, como Peliano (1993); Barros (2000); Ferreira, Lanjow e Neri (2003); e Silveira et al. (2007), enxergam a pobreza como sendo simplesmente o não alcance de determinada faixa de renda, no caso as linhas de pobreza, não considerando os fatores que impedem tal alcance ou o quanto a faixa de renda em que se encontra determinado grupo de pessoas de fato afeta suas condições de vida.

Em seu estudo de 1985, Hagenars e Praag sugerem um “conceito de linha de pobreza” que possa ser, ao mesmo tempo, absoluto e relativo, dependendo da forma como é percebida. A percepção de que a pobreza é absoluta prevê que ela não se altera de acordo com a vida em sociedade, enquanto que a percepção de que a pobreza é relativa a considera dependente da vida em sociedade, ou seja, prevê que as desigualdades têm um papel

importante na sua determinação. A ideia de criar diferentes linhas de pobreza para países com alta média de renda e países com baixa média de renda, como foi feito recentemente pelo Banco Mundial, se encaixa exatamente no que os autores colocam.

Sobre as linhas de pobreza, Soares (2009, p. 7) afirma,

O que tem vigorado no Brasil é uma espécie de lei da selva, porque cada pesquisador tem sua linha de pobreza e produz, a cada ano, números que não coincidem com os de seus colegas, sem que se saibam muito bem as razões da falta de coincidência.

O autor explica que existe ainda a possibilidade de traçar linhas de pobreza subjetivas, ou seja, linhas baseadas no que a população, de acordo com o contexto em que se encontra, acredita ser uma renda suficiente para sanar todas as suas necessidades (SOARES, 2009).

Entretanto, mantém-se, mesmo assim, dentro de uma abordagem monetária. É compreensível que a renda influencie as condições de vida da população, porém o grau dessa influência varia não só de país para país, como de região para região e de grupo social para grupo social. A subjetividade do ser humano é capaz de ir muito além do que, simplesmente, quanto dinheiro ele necessita para viver.

Com o objetivo de ir além da ideia monetária da pobreza, Amartya Sen abraça a multidimensionalidade desse fenômeno na sua *Abordagem das Capacitações*. Para Sen (2000), a pobreza consiste na privação das capacidades básicas, enquanto a riqueza nada mais é do que um meio para que se obtenha e se faça as coisas de que se tem vontade, ou seja, para que se exerça a liberdade de escolha. O autor ressalta as diferenças existentes entre as populações pobres a partir da relação entre rendas e realizações, ou entre a riqueza econômica e a possibilidade de viver como se gostaria, afirmando que por mais que viver uma vida longa e de qualidade seja o desejo da maioria das pessoas, em que consiste essa qualidade varia enormemente para cada grupo social (SEN, 2000).

De acordo com Amartya Sen, a ideia de liberdade:

[...] envolve tanto os *processos* que permitem a liberdade de ações e decisões como as *oportunidades* reais que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais. A privação de liberdade pode surgir em razão de processos inadequados (como violação do direito ao voto ou de outros direitos civis), ou de oportunidades inadequadas (incluindo a ausência de oportunidades elementares como a

capacidade de escapar de morte prematura, morbidez evitável ou fome involuntária) (SEN, 2000, p. 31).

As oportunidades e os processos representam os funcionamentos, que seriam as realizações do indivíduo. Já as possibilidades que um indivíduo tem para executar seus funcionamentos constituem suas capacidades. Assim, “[...] os funcionamentos executados constituem o bem-estar da pessoa, traduzidos em ‘ser’ e ‘estar’, [enquanto] a capacitação para executar esses funcionamentos constitui a liberdade da pessoa de gerar esse bem-estar” (DE MATTOS; WAQUIL, 2008, p. 9).

Percebe-se que a Abordagem das Capacitações procura reconhecer a heterogeneidade e a subjetividade das populações. Quando se fala em populações empobrecidas, é preciso ter em mente que, apesar de sua situação de vida, elas também se constituem de indivíduos, com interesses e ideias próprias que afetam suas decisões diárias. Norman Long (2001) aborda essa ideia em sua *Perspectiva Orientada ao Ator (POA)*.

O que Long afirma em seus estudos em relação a agricultores pode ser aplicado para as pessoas consideradas pobres, ele afirma que elas não são apenas receptoras passivas ou vítimas de uma mudança planejada, mas sim atores que definem e operacionalizam seus objetivos e práticas de gerenciamento com base em diferentes critérios, interesses, experiências e perspectivas (LONG, 2001).

Frequentemente, as soluções para a pobreza apresentam-se na forma de grandes manobras emergentes dos centros de poder, como intervenções estatais ou interesses internacionais. Como colocam Long e Van der Ploeg (2011), forças externas dessa natureza

[...] restringem a vida das pessoas, reduzindo sua autonomia e, no final, subestimando formas nativas ou locais de cooperação e solidariedade, resultando em uma crescente diferenciação socioeconômica e em um maior controle centralizado de grupos, instituições e empresas econômicas e políticas poderosas (LONG E VAN DER PLOEG, 2011, p. 23).

Em síntese, acredita-se que não há como encontrar a solução para os problemas detectados em qualquer cenário social – no caso aqui apresentado, o da pobreza – sem ter acesso às ideias dos próprios atores envolvidos. Como afirma Scott (1985, p. 42), “Somente capturando a experiência de alguma coisa, em sua plenitude, seremos aptos a dizer algo de significativo sobre como

um dado sistema econômico influencia aqueles que o constituem e o mantêm ou suplantam”.

Para Long e Van der Ploeg (2011), a mudança social parte principalmente da consciência e da ação humana, como resultado da união de vários indivíduos em benefício de um objetivo comum, possível graças à agência exercida por cada um. Segundo os autores a **agência** consiste na capacidade que cada ator tem de processar sua experiência social e delinear formas de enfrentar a vida, mesmo quando se encontram sob extrema coerção. De acordo com Long (2001), um **ator** não é simplesmente um indivíduo, mas um sujeito social que processa informações e cria estratégias em suas relações sociais.

A ideia de agência foi anteriormente abordada por Giddens (1984), que atribui a ela a capacidade dos atores para resolver problemas, aprender como intervir no fluxo de eventos sociais e monitorar suas próprias ações, observando como os outros reagem ao seu comportamento. O conceito de agência é crucial para a construção da Teoria da Estruturação de Anthony Giddens, que dá suporte para os trabalhos de Long, pois através dela o autor busca explicar as dinâmicas sociais como uma construção dos atores, atuando tanto individualmente como coletivamente, fugindo da ideia estruturalista de intervenção (GIDDENS, 1989).

Segundo a POA, cada ator formula seu **projeto individual**, a partir de seus objetivos. Quando os atores apresentam seus projetos individuais uns para os outros, trocando assim conhecimentos e experiências, são construídos os **projetos sociais**. As situações sociais onde os atores confrontam-se uns com os outros, mobilizam as relações sociais e utilizam discursos no sentido de ganhar fins específicos, ou seja, exercitam sua capacidade de agência, é denominado **arena** (LONG, 2001).

Para Long (2001), nas arenas, as trocas que levam à construção dos projetos sociais são chamadas de **interface**, que se dá a partir de qualquer contato face a face entre atores que diferem em interesses e recursos. Durante a interface os atores ajustam conflitos e incompatibilidades e buscam a definição de posições culturais, havendo choque de domínios. Os **domínios**, por sua vez, são, segundo o autor, entendidos como os valores sociais

compartilhados pelos atores, construídos como áreas da vida social, com base em regras, normas e valores que indicam compromisso social.

No caso das populações rurais, os projetos individuais constituem a forma como um agricultor escolhe gerenciar sua produção agrícola; eles envolvem decisões sobre quais espécies serão cultivadas, qual sistema de produção será adotado, qual a quantidade que será produzida, que destino terá a produção. Em propriedades da agricultura familiar, tais decisões são tomadas por toda a família, ou seja, considerando a ideia de projetos de Long, os projetos individuais de cada membro interagem para formar o projeto familiar da propriedade.

## **2.2. O contexto da pobreza rural**

De acordo com Wanderley (1999), a agricultura familiar – termo utilizado atualmente para designar agricultores que vivem em propriedades pequenas, são proprietários de seus meios de produção e utilizam a mão-de-obra da própria família para realizar suas atividades agrícolas – deriva de uma categoria muito tradicional nas sociedades humanas, o camponês, porém com o diferencial da inserção profunda no mercado, atrelada à utilização de tecnologias modernas de produção. Em síntese, como coloca Schneider (1999) ao citar Abramovay, a agricultura familiar é um modo de vida que virou profissão ao se inserir em um ambiente marcadamente capitalista.

A lógica não capitalista dos camponeses é evidenciada por Chayanov, em seus estudos realizados na Rússia do início do século XX. O autor chegou à constatação de que as populações pertencentes a essa categoria social não operam a partir da mesma lógica que as populações urbanas, como os empresários e os operários. Para essa categoria, o que interessa é a satisfação das necessidades da família, não exclusivamente o aumento dos lucros.

Tais necessidades podem ser tanto de ordem biológica, como alimentação e vestuário, como também aquelas impostas social ou economicamente, consequências de sua integração ao mercado, como a aquisição de bens duráveis e o pagamento de encargos públicos, que neste caso passam a fazer parte do consumo familiar (PINTO et al., 2017). Enquanto

que para a teoria marxista não há espaço para os camponeses em uma sociedade capitalista e, portanto, a integração ao mercado os levaria à extinção, para Chayanov o fato de que eles não são regidos por uma lógica capitalista é justamente o que permite sua existência e sobrevivência ao longo do tempo (ABRAMOVAY, 2012).

Para Chayanov (1974), a família camponesa é singular devido ao fato de que vai muito além da ideia biológica, envolvendo também questões econômicas e domésticas. Todos estão envolvidos na produção e fazem uso dos ganhos, ou seja, ao contrário da ideia capitalista de que cada pessoa trabalha em troca de um salário, a renda da família camponesa é única e indivisível.

Dentro da lógica camponesa a família é responsável por regular e operacionalizar a unidade de produção, sendo as decisões tomadas por ela e em prol dela (SCHNEIDER, 2003). Como um mesmo estabelecimento produz e consome, o balanço entre ambos se dá a partir da relação entre a demanda e a força de trabalho disponível. Ou seja, a decisão acerca de o que produzir e quanto se dá de acordo com a quantidade necessária para alimentar os membros da família e com a quantidade de pessoas aptas para a realização do trabalho (CHAYANOV, 1974).

Para o autor, o ciclo de vida de cada família apresenta um processo de diferenciação demográfica, que depende do crescimento biológico da família e relaciona a mão de obra disponível com os consumidores existentes (figura 3).

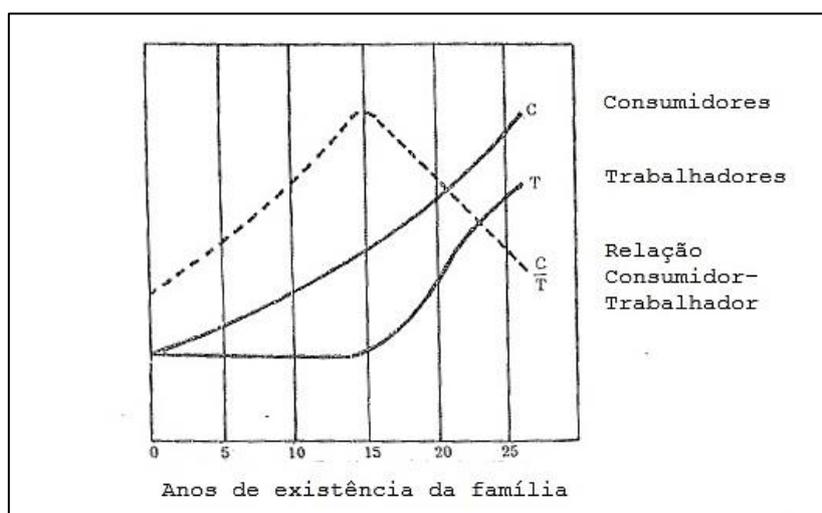


Figura 3 Ciclo demográfico de uma família camponesa. Fonte: Adaptado pela autora de Chayanov (1974).

A ideia central dessa relação é a de que, à medida em que uma nova família começa a formar-se a partir de um casal, cada filho representa um novo consumidor, e a relação consumidor-trabalhador começa a aumentar. Quando os filhos atingem uma idade que os possibilita trabalhar, a relação estabiliza-se, até o momento em que, quando esses filhos resolvem partir para constituir suas próprias famílias, a relação torna a se reduzir.

Como coloca Ribeiro (2008) ao citar Abramovay (1998), Chayanov admitia que a penetração do capitalismo na agricultura provavelmente reviraria os fundamentos da produção camponesa, embora sem necessariamente causar um processo de diferenciação social. Wanderley (1999) reafirma essa ideia quando declara que os agricultores familiares modernos, ou pelo menos uma parcela significativa deles, quando comparados aos camponeses ou outros tipos tradicionais, ao mesmo tempo que buscam se integrar à sociedade industrial, são o resultado de uma continuidade, não de uma ruptura.

Mesmo com as alterações que ocorreram na agricultura camponesa no último século, muitas características do campesinato da época de Chayanov mantêm-se nas propriedades familiares rurais. Uma dessas características, a qual se faz crucial para este estudo, é a existência de uma parcela de rendimentos não monetários, provenientes da produção agropecuária voltada para o autoconsumo, que compõe o total de rendimentos das famílias.

O fato de que as famílias camponesas não precisam depender unicamente dos seus recursos financeiros para conseguirem se alimentar reforça a necessidade de encarar a pobreza nessa categoria social de forma que não se leve em consideração apenas a questão monetária. Isso não significa que, por poderem produzir seu próprio alimento, as famílias rurais são menos atingidas pela pobreza. Na verdade, toda a sua aptidão de produção – para o autoconsumo e para a comercialização – depende muito das condições disponíveis para plantio e criação, como espaço, qualidade do solo e mão de obra disponível.

Com base nas teorias de Sen, Long e Chayanov, é possível compreender a necessidade de se investigar a pobreza rural a partir de quem

vive essa realidade, dado que, além de cada indivíduo ter uma visão própria do que constitui uma vida de qualidade e serem eles as melhores fontes para que se encontre o caminho para tal, os grupos sociais enquadrados na categoria dos camponeses vivem sob uma lógica muito diferente da detectada onde se encontra a grande maioria dos pesquisadores em atividade: o meio urbano. Assim, como afirmou Scott em 1985, apenas entendendo a fundo uma experiência é possível se considerar apto a afirmar algo significativo em relação a ela.

Em sua série de trabalhos acerca do que os pobres pensam sobre a pobreza, Deepa Narayan utiliza frequentemente o aporte do capital social, como é o caso de Narayan e Pritchett (1999), Woolcock e Narayan (2000), Narayan e Cassidy (2001) e Narayan (2002), para nomear apenas alguns. O conceito de capital social não se mostra exatamente consensual entre os autores que o utilizam como aporte teórico. Para Bourdieu, o capital social consiste no “agregado dos recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo” (BOURDIEU, 1985, p. 248). Putnam, por sua vez, liga o capital social às conexões entre os indivíduos, às redes sociais e às normas de reciprocidade e confiança que surgem a partir dessas interações (PUTNAM, 1996).

Basicamente, o capital social surge das relações, da confiança entre as pessoas, da reciprocidade e da sinergia coletiva, fazendo com que, à medida em que esses elementos se tornam mais acentuados, as condições de vida das pessoas envolvidas, de maneira geral, melhoram (ONYX; BULLEN, 2000). A POA, por sua vez, baseia-se na ideia de que os atores sociais, através de sua capacidade individual de agência, defendem seus interesses uns perante os outros de maneira a criar projetos sociais e, eventualmente, a mudança social.

Segundo González, Pereira e Dal Soglio (2014), devido às suas origens antropológicas, a POA vem sendo utilizada por pesquisadores em diversos estudos etnográficos na América Latina e na África, a fim de “[...] compreender os processos de desenvolvimento sob condições ou circunstâncias similares e

de que forma que os atores reagem e exercem sua agência frente a estes processos” (GONZÁLEZ; PEREIRA; DAL SOGLIO, 2014, p. 3).

Já quando unida à abordagem de Sen, a POA transmite a ideia de que os atores buscam concretizar suas aspirações de acordo com suas capacidades. Nesse sentido, ela é muitas vezes utilizada em estudos acerca de políticas públicas de redução da pobreza. Estudos como Biggs e Matsuert (1999, 2004), conduzidos na África e na Ásia, respectivamente, enfatizam a necessidade de utilizar ferramentas orientadas ao ator nas fases de planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas dessa natureza, e notam como o uso dessas ferramentas muda a percepção dos próprios atores do desenvolvimento, incentivando-os a se engajarem mais no contexto social e político em que estão inseridos.

Sendo assim, a POA pode trazer uma visão mais humana da pobreza, ajudando os pesquisadores a retratarem as pessoas que vivem nessa situação de forma que torne mais fácil para as demais parcelas da população se identificar com elas e, assim como os atores do desenvolvimento dos estudos de Biggs e Matsuert, se preocuparem mais com esse contexto social e político. No entanto, sendo a POA uma ferramenta de construção participativa do conhecimento, que considera fundamentalmente a heterogeneidade, seus resultados não possuem abrangência estatística, ou seja, não são generalizáveis. Cada contexto social tem suas dinâmicas próprias, nas quais as relações sociais são construídas ou traduzidas pelos atores de acordo com a forma como eles enxergam o mundo. Ela se adequa bem, portanto, a estudos de caso, como forma de compreender o fenômeno além dos dados fornecidos por institutos de pesquisa oficiais, proporcionando a identificação das particularidades de cada local.

Nesta investigação, propõem-se a utilização da POA como uma forma de enxergar esses atores que sofrem com o fenômeno da pobreza, tomando-os não como entes passivos necessitados de salvação, mas como sujeitos ativos em sua própria existência, cujas realidades, as histórias, as ideias e as aspirações devem ser levadas em consideração antes que qualquer intervenção seja imposta.

### 2.3. A trajetória do Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família surgiu em 2003, através da Medida Provisória nº 132, convertida na Lei no 10.386/2004, segundo Paiva, Falcão e Bartholo (2013), como forma de unificar diversos programas de assistência social que já existiam no Brasil, conforme visto anteriormente. Entretanto, até assumir sua configuração atual, após 15 anos de vigência, o programa passou por uma série de ajustes, muito bem detalhados por Campello e Neri (2013), a fim de aperfeiçoar seu funcionamento e atingir eficientemente sua meta de retirar milhões de brasileiros da situação da extrema pobreza.

O PBF foi construído a partir da ideia de enfrentar a pobreza integrando o acesso a renda complementar e o acesso a direitos sociais, sobretudo educação e saúde, como afirma Campello (2013). Segundo a autora, a meta inicial do programa, de beneficiar 11 milhões de famílias, foi alcançada em 2006, após três anos de trabalho, depois de um longo período de aperfeiçoamento do CadÚnico, a base de dados que registra informações de famílias com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo.

Além de ser constituído a partir de vários programas pré-existentes, o PBF foi, ainda, pensado como parte de uma estratégia conjunta de promoção do desenvolvimento socioeconômico, da qual faziam parte iniciativas como “a política de valorização real do salário mínimo, os programas de fortalecimento da agricultura familiar, a defesa e proteção do emprego formal e a ampliação da cobertura previdenciária” (CAMPELLO, 2013, p. 1).

O CadÚnico também, por reunir informações de um público maior do que aquele visado pelo PBF, é utilizado também como base para outros programas e ações sociais, como a Carteira do idoso, o Programa Brasil Alfabetizado, isenções de taxas de concursos públicos, o Programa Próximo Passo, o Programa de Cisternas, a Tarifa Social de Energia Elétrica e o Minha Casa, Minha Vida (CAMPELLO, 2013).

Tamanho contingente de ações voltadas para reduzir a pobreza levando em consideração, quando reunidas, sua multidimensionalidade e sua complexidade, acarretou em profundas modificações na sociedade brasileira.

A transferência de renda voltada para população produtiva em idade ativa, com ênfase nas crianças, constituiu uma novidade na política

social brasileira – e, de certa forma, começou a aproximar a estrutura de benefícios sociais do país da encontrada em países com sistemas de bem-estar social mais desenvolvidos (PAIVA; FALCÃO; BARTHOLLO, 2013, p. 1).

Segundo Neri e Souza (2012), no período entre 2001 e 2011 a renda da população mais pobre cresceu cerca de 90%, enquanto a da população mais rica aumentou 16%, diminuindo a desigualdade social, “[...] embora o Brasil ainda esteja entre os países mais desiguais do mundo”, como afirma Silva et al. (2017, p. 84).

É importante ressaltar que o PBF realiza a transferência de renda prioritariamente para as mulheres, sendo elas predominantemente as titulares do benefício. A estratégia surgiu com a finalidade de dinamizar as relações de gênero, através da elevação do poder de barganha das mulheres diante de seus maridos ou companheiros e da redução do seu isolamento social (SOARES; SÁTYRO, 2009).

No que toca o meio rural, além do PBF, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa Brasil Sem Miséria foram todos significativos para a redução da pobreza em meio às populações tanto rurais quanto urbanas. Trabalhos sobre a importância desses programas dentro do contexto da pobreza incluem Batista e Neder (2014), Mello et al. (2014), Sobral e De Miranda Costa (2008), Lucero et al. (2010), Andrade, Silva e Andrade (2015) e Dias et al. (2013).

#### **2.4. A fumiicultura familiar**

O Brasil é o segundo maior produtor mundial de tabaco, tendo apresentado em 2018 uma produção de quase 686 mil toneladas e rendimento de R\$ 6,2 bilhões, sendo 97% da produção proveniente da região Sul do país (AFUBRA, 2019).

No caso do Rio Grande do Sul,

A cultura é desenvolvida principalmente pela pequena propriedade familiar por necessitar de mão-de-obra intensiva, sendo que grande parte da produção se distribui no entorno das indústrias de transformação e beneficiamento localizadas, na sua grande maioria, na região do Vale do Rio Pardo, Centro Sul e Sul do Estado (RS, 2015).

Amaral Ferrador está localizado no Sul do Estado, sendo vizinho de alguns dos maiores produtores nacionais de tabaco, como Camaquã e Dom Feliciano. A proeminência dessa cadeia produtiva no município confere a ele uma dinâmica bastante característica de municípios com presença de sistemas integrados de produção, uma dinâmica marcada por relações de dependência. Como mencionado anteriormente, para que esse tipo de vínculo contratual seja vantajoso para o agricultor, as condições de produção precisam ser favoráveis, o que não se encaixa no caso de Amaral Ferrador (BALEM et al., 2012).

Segundo Cotrim (2013), o cultivo do tabaco exige dos produtores bastante tempo e dedicação, com a preparação da lavoura se iniciando no inverno, por meio da produção de mudas, e se estendendo até o verão, quando ocorre a colheita, por sua vez realizada em uma série de etapas, a qual consiste no momento de maior ocupação da mão-de-obra familiar e também de grande dificuldade de contratação de ajudantes. Após a colheita, o tabaco passa pelo procedimento de secagem, ainda dentro da propriedade em estufas de alvenaria, antes da comercialização.

As plantas em desenvolvimento recebem uma carga de adubos químicos e agrotóxicos; estes últimos, em sua grande maioria, recebem classificação toxicológica III (medianamente tóxico) e classificação do potencial de periculosidade ambiental II (produto muito perigoso ao meio ambiente) (COTRIM, 2013).

O esforço do cultivo justifica-se pelas vantagens desse sistema de produção: o alto preço pago pelo quilograma de tabaco, muito difícil de ser superado por outras atividades agropecuárias; a garantia de venda da safra; a comodidade de ter a empresa integradora responsável por levar os insumos até a propriedade antes do início do cultivo e buscar o tabaco seco no final da safra; e a rentabilidade dessa atividade mesmo em terrenos inclinados e de área reduzida, característicos do município (COTRIM; CANEVER, 2016).

Entretanto, o contato frequente com as plantas carregadas de nicotina e agrotóxicos é nocivo para a saúde dos agricultores. Segundo Almeida (2005), os contratos de integração comprometem o produtor a utilizar os EPIs necessários para a aplicação de agrotóxicos e para a colheita, porém, de acordo com o autor, a maioria dos fumicultores alega que, por exemplo, as

calças se rasgam facilmente na lavoura; os aventais pouco impedem o contato da pele com a umidade presente nas folhas de tabaco; as luvas não são anatômicas, dificultando qualquer manuseio; o desconforto térmico causado pelo conjunto de equipamentos é insuportável; as viseiras protetoras faciais permitem a inalação do veneno já que são abertas e sem filtro de ar; e as máscaras são inadequadas, permitindo o acúmulo de resíduos.

Esses aspectos da produção vêm sendo ressaltados pela mídia contrária ao tabaco, além dos malefícios do consumo do cigarro, para tentar reduzir o tabagismo, desde que entrou em vigor, em 2005, a Convenção Quadro para o Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde, com o intuito de proteger as gerações presentes e futuras dos danos causados pelo consumo e exposição ao tabaco (WHO 2003).

Como resposta a esse tratado, foram lançados pelo governo brasileiro o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, em 2005 (BRASIL, 2010) e, em 2013, a Chamada Pública para seleção de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para promoção da Diversificação de produção e renda em municípios com produção de tabaco (BRASIL, 2013), a qual atinge o município de Amaral Ferrador.

### 3. METODOLOGIA

A partir de uma abordagem qualitativa da pobreza rural, o presente estudo pretende complementar o entendimento acerca do fenômeno, oferecendo um retrato dessa realidade que tenha como base os relatos e ideias de pessoas que a vivam ou que tenham contato direto com ela.

Para tanto, a investigação será esquematizada no formato de um estudo de caso que, segundo Yin (2015, p. 33), consiste em uma investigação empírica que “[...] investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e contexto não estão claramente definidos”.

De acordo com o autor, o processo de levantamento de dados para esse tipo de estudo baseia-se em várias fontes de evidências, cujos dados precisam convergir, dado que as variáveis de interesse se mostram mais numerosas que as fontes de dados. Assim, um estudo de caso é entendido como uma estratégia de estudo abrangente, cujo planejamento incorpora também os procedimentos de coleta e de análise dos dados (YIN, 2015).

Sobre a coleta de dados, Godoy (1995) afirma que o estudo de caso tem como técnicas fundamentais de pesquisa a observação e a entrevista. Sendo os relatórios produzidos de maneira mais informal e narrativo, ilustrado com citações, exemplos e descrições fornecidas pelos sujeitos estudados, podendo ser utilizados também outros materiais que se façam relevantes para a transmissão do caso.

Sendo assim, para o estudo buscou-se compreender as dinâmicas do município tanto a partir da perspectiva de atores internos às propriedades rurais, as famílias beneficiárias do PBF, quanto externos às propriedades, no caso agentes envolvidos diretamente com projetos e políticas de desenvolvimento rural em Amaral Ferrador.

Como o Bolsa Família é um programa destinado a pessoas em situação de pobreza, sua implementação requer a identificação desse público alvo, a qual se ancora principalmente sobre condições financeiras. O intuito, portanto, de analisar a pobreza a partir da realidade de seus beneficiários é primeiro observar se seus critérios estão de acordo com a realidade encontrada no

espaço empírico e, segundo, até que ponto ele está de fato contribuindo para que esses beneficiários tenham melhores condições de vida, indo de encontro com o que afirmam Campello e Neri (2013),

Só é possível pensar no significado dos resultados do Programa Bolsa Família se materializados na transformação da vida de cada um de seus beneficiários. Só é possível, ainda, pensar nestas e em outras mudanças se singularizadas em faces, mãos e mentes dos que atuam por um Brasil mais justo. São servidores públicos, técnicos, pesquisadores, trabalhadores. São beneficiários e não beneficiários. São homens e mulheres. Pessoas que reduzem as distâncias sociais (CAMPELLO; NERI, 2013, p. 9).

Investigar as dinâmicas do município faz-se necessário porque, por mais que existam muitas informações disponíveis nas bases de dados de institutos de pesquisa como a FEE, o IBGE, o IPEA e o PNUD, estas fornecem uma visão geral da realidade, que tem muito a ser enriquecida a partir da realização de estudos como este.

Assim, foram realizadas entrevistas não estruturadas com informantes-chave inseridos nas dinâmicas de desenvolvimento rural do município. Foram entrevistados dois extensionistas, profissionais da Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER – com vasta experiência no município, e a assistente social do município, funcionária das Secretarias de Assistência Social e Cidadania, a fim de atingir uma maior compreensão das dinâmicas existentes entre os atores locais antes de abordar a população alvo do estudo.

Junto aos informantes-chave da prefeitura, foi obtida a lista das beneficiárias do Programa Bolsa-Família residentes do meio rural, além de indicações de beneficiárias que poderiam se dispor a participar do estudo.

Enfim, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as beneficiárias, todas mulheres, no caso desta investigação, dado que o repasse é feito prioritariamente para elas. Tratou-se de uma amostragem intencional, a partir da lista fornecida pela prefeitura e foi escolhido um conjunto de famílias espalhadas por várias comunidades do município.

As visitas para realização das entrevistas foram realizadas com acompanhamento de profissionais de ATER, a fim de facilitar a aproximação com os entrevistados e demonstrar confiabilidade. O período de realização das entrevistas, com os profissionais e as beneficiárias, ocorreu nos meses de maio e junho de 2018.

Durante toda a investigação, fez-se muito importante a técnica da observação participante, a qual, como explica Malinowski (1978), consiste na participação efetiva do pesquisador na rotina dos informantes, a fim de compreender a fundo as situações vivenciadas por eles em seu dia-a-dia. Como a ideia foi gerar um quadro da realidade da pobreza rural no município, mostrou-se crucial observar não só as condições dos atores em situação de pobreza, mas também as dinâmicas que envolvem atores externos às propriedades rurais nas quais eles estão inseridos.

A observação participante permite ir além das perguntas realizadas através das entrevistas, ela permite observar como as pessoas se comportam quando não estão sendo entrevistadas. Além disso, como as visitas foram realizadas com acompanhamento da Extensão Rural, foi possível observar a sua atuação no dia-a-dia e a sua interação com o público.

A utilização da POA como aporte metodológico insere-se justamente na forma de enxergar, não só os atores, como também as dinâmicas que os envolvem. As interfaces que se dão dentro das arenas são essenciais para a construção dos projetos coletivos e para as transformações que sofrem os projetos individuais de cada ator ao longo do tempo. Sendo assim, deixar esses outros aspectos de lado na análise implicaria na obtenção de um retrato limitado da realidade observada.

O número de entrevistas deu-se de acordo com o necessário para atingir a saturação teórica que, segundo Fontanella e Ricas (2008), trata-se da interrupção da coleta de dados quando se constata que o campo de observação já não fornece mais elementos novos para o alcance dos objetivos propostos. Ao todo o corpus para análise é composto por duas entrevistas abertas, uma com o extensionista técnico e outra com a extensionista social em conjunto com a assistente social, e quinze entrevistas semiestruturadas realizadas com beneficiárias do PBF.

As entrevistas abertas foram realizadas com o intuito de obter uma ideia geral sobre a realidade do município, obter informações sobre a economia local, o perfil socioeconômico das famílias, as características culturais marcantes, a atuação da assistência social e da extensão rural e suas percepções sobre o município, os projetos de desenvolvimento existentes, os

possíveis motivos para o baixo IDH-M e o significativo número de beneficiários do PBF e, também, obter dicas que pudessem facilitar a entrada no campo.

Já as entrevistas semiestruturadas foram realizadas com o intuito de traçar um perfil dos entrevistados de acordo com as dimensões analíticas consideradas, que no caso provém das bases teóricas da Abordagem das Capacitações, os funcionamentos e as capacidades. Segundo Sen (2000), os funcionamentos representam as realizações de um indivíduo, sendo compostos por processos que permitem a liberdade de ações e decisões e pelas oportunidades que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais. Já as capacidades são as possibilidades que um indivíduo tem para executar tais realizações.

Resumidamente, “[...] os funcionamentos executados constituem o bem-estar da pessoa, traduzidos em ‘ser’ e ‘estar’, [enquanto] a capacitação para executar esses funcionamentos constitui a liberdade da pessoa de gerar esse bem-estar” (De Mattos; Waquil, 2008, p. 9).

As categorias analíticas foram selecionadas de maneira que fosse obtido um quadro completo da realidade das famílias analisadas, de forma a tornar possível a compreensão do que está impedindo-as de exercer uma maior liberdade de escolha no que diz respeito às suas condições de vida e suas realizações. Para tanto, foram levados em consideração outros estudos sobre a pobreza multidimensional, como Martins e Junior (2013), os quais, ao citarem a Divisão Estatística das Nações Unidas (2005), afirmam que,

Ao se abordar a temática da pobreza e sua avaliação, tanto quantitativa como qualitativamente, faz-se necessário uma definição clara sobre esse fenômeno, que se manifesta através de condições precárias de vida e que abrange múltiplas dimensões, implicando em carências materiais e não-materiais. Estas podem incluir, entre outras, situações de desnutrição e impossibilidade de acesso a alimentos saudáveis, moradia inadequada e insalubre, abastecimento de água potável insatisfatório, convivência com esgoto e depósitos de lixo a céu aberto, baixa qualidade educacional, carência de serviços de saúde e de transporte, falta de áreas verdes e de equipamentos de lazer e insegurança generalizada face à expansão da criminalidade comum (MARTINS; JUNIOR, 2013, p. 5).

O quadro 1 ilustra a lógica por trás das entrevistas semiestruturadas realizadas.

Quadro 1 Dimensões e categorias analíticas da entrevista.

Base teórica	Dimensão analítica	Categorias analíticas
Funcionamentos e capacidades	Habitação	Condições de moradia e saneamento básico
	Trabalho e acesso a serviços públicos	Fontes de renda e acesso a serviços de educação, saúde e infraestrutura
	Segurança Alimentar	Alimentação quanto a quantidade e qualidade
	Participação Social	Caracterização do tecido social local
	Políticas Públicas	Acesso a Políticas Públicas e percepção sobre as mesmas

Fonte: elaboração da autora.

Optou-se sempre por entrevistar as mães de família, dirigindo as perguntas a elas mesmo quando mais membros da família estivessem também participando. Houveram situações em que apenas a pessoa sendo entrevistada estava presente, outras em que o marido ou os filhos estavam também presentes e outras em que tanto a família como algum dos profissionais de ATER estavam presentes. Admite-se que a presença de outras pessoas no momento da entrevista pode influenciar as respostas concedidas.

No que diz respeito à análise dos dados, Godoy (1995) afirma que, na pesquisa qualitativa e, em especial, no estudo de caso, o ideal é que a análise esteja presente em vários estágios da pesquisa. Todas as entrevistas foram gravadas, havendo a transcrição de partes essenciais do corpus de dados para realização da análise.

Para a análise dos dados foi utilizada a ferramenta da análise de conteúdo do enunciado, a qual, diferentemente das outras técnicas da análise de conteúdo, na qual a comunicação consiste de um processo e não de um dado, como afirma Bardin (1977). A autora explica,

A análise da enunciação assenta numa concepção do discurso como palavra em ato. A análise de conteúdo clássica considera o material de estudo como um dado, isto é, como um enunciado imobilizado, manipulável, fragmentável. Ora, uma produção de palavra é um processo. A análise da enunciação considera que na altura da produção da palavra, é feito um trabalho, é elaborado um sentido e são operadas transformações. [...] O discurso não é um produto acabado mas um momento num processo de elaboração, com tudo o que isso comporta de contradições, de incoerências, de imperfeições (BARDIN, 1977, p. 170).

Para a descrição dos resultados, foram criadas siglas para identificação dos entrevistados. A letra E refere-se às entrevistadas que são beneficiárias do Bolsa Família, sendo acompanhada pelo número da entrevistada que estiver sendo mencionada; EXT refere-se aos extensionistas, sendo EXT1 o extensionista técnico e EXT2 a extensionista social; por fim, ASS refere-se à assistente social.

#### 4. RESULTADOS E DICUSSÃO

No que diz respeito à entrada no campo para coleta dos dados, o apoio da equipe de ATER foi imprescindível. Primeiramente pela questão logística, que exigiria muito mais tempo e recursos sem o acompanhamento de pessoas que conhecem muito bem o município e sabem exatamente onde encontram-se as famílias beneficiárias. Em segundo lugar, mas não menos importante, como os profissionais já têm uma relação, em alguns casos muito próxima, com as famílias que acompanham, a presença deles facilitou muito a realização das entrevistas.

Devido ao caráter pessoal e, por vezes, delicado das perguntas, era esperado que elas fossem recebidas com certa reserva por parte das entrevistadas, com vergonha ou desconfiança. A presença dos profissionais de ATER foi importante para deixá-las mais confortáveis respondendo às perguntas de uma estranha.

Além disso, como o propósito era entrevistar as mulheres, havia também uma preocupação com a interferência dos cônjuges, devido à possibilidade de entrar em contato com famílias nas quais houvessem casos de violência doméstica ou algum tipo de autoritarismo em relação à mulher. Houveram casos em que os cônjuges eram bastante receptivos e quiseram contribuir para a pesquisa, já outros em que eles demonstraram desconfiança, em diferentes graus.

Quando o acompanhamento estava sendo feito pela extensionista social, como já é de costume ela conversar diretamente com as mães, sua presença se mantinha durante a entrevista. Já quando o acompanhamento era feito pelo extensionista técnico, ele ficava conversando com o cônjuge fora da casa enquanto a entrevista era realizada do lado de dentro.

Como já foi mencionado na metodologia, admite-se que as respostas concedidas à entrevista podem ser influenciadas, positiva ou negativamente, pela presença de outras pessoas durante sua aplicação. Outro fator que pode influenciar as respostas concedidas é a temática da entrevista, dado que as

beneficiárias pudessem ter receio de perder o benefício do PBF caso falassem algo “inapropriado”, alerta feito pelos profissionais consultados.

#### **4.1. Amaral Ferrador e os entraves para o seu desenvolvimento**

Através das entrevistas realizadas, foi possível compor um quadro geral que pode ajudar a explicar por que Amaral Ferrador não parece ter passado por grandes transformações desde sua criação, além de elucidar sobre as condições em que vivem as famílias rurais beneficiárias do Programa Bolsa Família. As informações foram coletadas primeiramente a partir de entrevistas abertas realizadas com profissionais que atuam diretamente com a população rural, os extensionistas e a assistentes social e, então, a partir de entrevistas semiestruturadas com beneficiárias do PBF. Os dados provenientes de cada grupo de entrevistas serão apresentados em conjunto

Primeiramente, neste capítulo, será feita uma descrição do município, com base tanto nas informações reunidas durante a observação participante como nas obtidas durante a entrevistas.

Na figura 4 é possível visualizar o mapa de Amaral Ferrador, dividido de acordo com os diferentes usos da terra verificados no município, o qual foi fornecido pela Emater-Ascar, que realiza ali o trabalho de extensão rural. A produção de tabaco se concentra nas áreas em amarelo, laranja e azul, as áreas em vermelho e verde escuro consistem das áreas onde o solo é extremamente pedregoso e inapto para produção, já a área em verde claro concentra os terrenos mais planos e é onde há criação de gado e plantio de arroz. Por fim, o retângulo preto no mapa representa a sede do município.

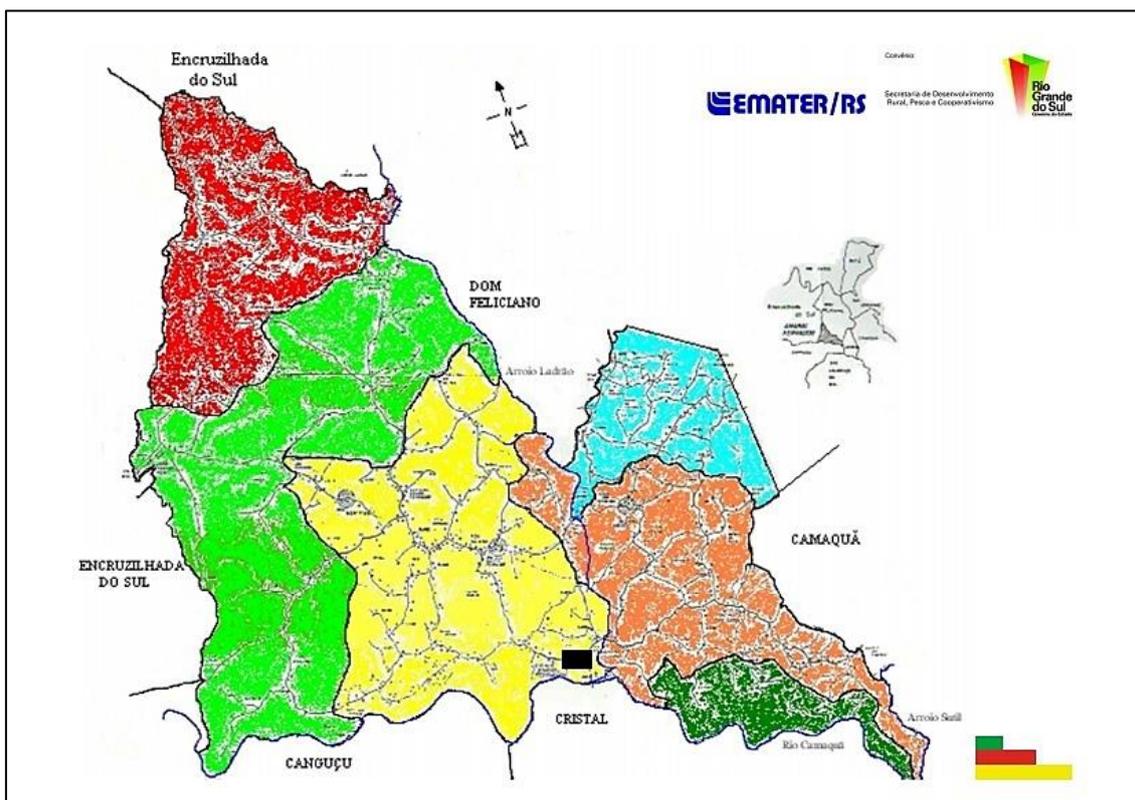


Figura 4 Amaral Ferrador, dividido em localidades. Fonte: Emater-Ascar (2013).

A primeira constatação ao percorrer o município é de que a pobreza não é uma situação escancarada. Existem casos de precariedade extrema, mas eles se mantêm isolados ao longo do município.

Apesar de quase 30% da população amaralense ser residente no meio urbano, segundo as definições do IBGE (2010), praticamente toda essa parcela tem algum vínculo com o rural. Muitos atores trabalham na sede do município mas cultivam ou criam no interior e, ainda, como o serviço público é uma das formas mais abundantes de trabalho, os ocupantes dos cargos mudam significativamente de acordo com o governo municipal vigente, havendo assim uma espécie de rodízio entre a população urbana e a rural, conforme as declarações obtidas nas entrevistas abertas.

É claro que quando comparadas, por exemplo, ao conforto de uma residência de classe média do meio urbano, as condições no meio rural são claramente mais limitadas. Entretanto, para quem está habituado com a realidade rural do Rio Grande do Sul, a situação dos beneficiários do PBF não é, visualmente falando, tão diferente do restante da população rural. É

compreendendo mais a fundo a rotina dessas famílias e suas vivências que se notam as diferenças.

Como foi possível observar a partir das entrevistas, em especial as realizadas com os profissionais, a questão da fumicultura, a questão fundiária e a questão da infraestrutura, associadas, formam a chave para a perpetuação da pobreza existente nesse município. Conforme mencionado anteriormente, as propriedades rurais, em geral, são bastante pequenas, o que restringe as opções de produção agropecuária pela falta de espaço. Além disso, a terra foi se tornando improdutiva com o tempo devido ao fato de que os produtores não realizam rotação de culturas, segundo o extensionista técnico.

Os terrenos são bastante inclinados e pedregosos, sendo que na porção mais plana do município é justamente onde se concentram as famílias com as melhores condições, havendo ali produção de gado e de arroz. Com a exceção desta porção mais plana, em qualquer espaço que possibilita a produção agrícola é produzido tabaco e, onde não é, a opção é vender força de trabalho para sobreviver. Uma única entrevistada (E10) afirmou não produzir nada na propriedade, seu companheiro é proprietário de uma borracharia e ela vende força de trabalho para outras lavouras, além de trabalhar como faxineira. Segundo ela,

A gente só planta (comida) ali no meu sogro, a gente ajuda ele e ele dá para a gente. [...] aqui a terra é muito ruim, a gente planta, mas ela não dá. Aqui era cascalho, tem até a cascalheira do lado, e é pequeno também, não é muito grande, nem 1 hectare não tem.

Retomando as principais vantagens da fumicultura temos: o alto preço pago pelo quilograma de tabaco; a comodidade de ter a empresa integradora responsável por levar os insumos até a propriedade e buscar o tabaco seco no final da safra; e a rentabilidade dessa atividade mesmo em terrenos inclinados e de área reduzida.

Todas as beneficiárias entrevistadas que produzem tabaco na propriedade afirmam que seus pais e seus avós também eram fumicultores. Isso contribui tanto para que haja a crença de que apenas a produção de tabaco gera lucros suficientes nos pequenos espaços disponíveis, quanto para que hajam no município tão poucas opções de diversificação de produção e

renda. Segundo a extensionista, o tabaco é questão cultural e questão de comodidade, porque os produtores não precisam sair de casa para comprar insumos e comercializar a produção.

Além disso, outro fato importante que dificulta a diversificação é o acesso ao município, como afirma a extensionista, (EXT2).

[...] o município não tem condições de expandir, de produzir muita coisa pelo acesso, né, porque a nossa estrada não permite. Como é que a gente vai produzir fruta? Vai vender pra onde? Até chegar em Camaquã já tá tudo acabado!

O município só se liga aos vizinhos por meio de estradas não pavimentadas que, por serem inclinadas, são impossíveis de acessar quando chove muito. Quando o município estava prestes a se emancipar de Encruzilhada do Sul, haviam planos para a construção de uma estrada, a BR 471, a qual se iniciaria em Soledade para passar por Rio Grande e Santa Vitória do Palmar, no litoral, e se encerrar no Chuí. A estrada passaria pelo então distrito de Amaral Ferrador, entretanto, durante as negociações para emancipação, ficou acordado que, em troca da mesma, a emancipação seria aceita. Assim, a estrada hoje passa por Encruzilhada do Sul, enquanto o acesso à Amaral Ferrador se mantém na mesma situação daquela época.

Conseqüentemente, a economia do município se manteve bastante restrita ao longo do tempo, com a comercialização de tabaco sendo viável apenas devido ao interesse das empresas integradoras em se dirigirem até lá a fim de negociar com os agricultores. A manutenção desse monopólio fez com que, além de não se desenvolverem outras cadeias produtivas no município, fosse perpetuada a aceitação da relação de dependência existente entre os fumicultores e as empresas, criando uma situação em que as principais riquezas ali geradas, a partir da produção de tabaco, fossem destinadas à região de Santa Cruz do Sul, onde ficam sediadas as empresas.

O que ocorre é que, no momento da aquisição dos insumos para a produção de tabaco, gera-se uma dívida entre o fumicultor e a empresa, que será quitada através da venda do tabaco seco no final da safra. Porém, se o fumicultor, por ventura de eventos climáticos ou condições de produção, obtém

uma frustração de safra, não produzindo, assim, o que era esperado pela empresa, o débito não se paga.

Tal débito é mantido, assim, pela empresa, até a safra seguinte, quando o fumicultor precisa então pagar tanto o que deve desde o ano anterior quanto o que deve no ano em andamento. No entanto, se o produtor em questão não conseguiu quitar a dívida de uma safra apenas, as chances de ele conseguir quitar duas acumuladas são ainda menores, dado que suas condições de produção são limitadas, se não por mão de obra ou por recursos naturais, pela área da propriedade.

Logo, o endividamento só aumenta a cada ano, com dívidas no valor de R\$ 100 mil se mostrando comuns no município. Elas só podem ser pagas na forma de tabaco, não sendo possível comercializar outras coisas para quitá-las em dinheiro, a não ser que a família opte por mover uma ação judicial contra a empresa. Nesse último caso, a família consegue pagar suas dívidas em dinheiro, no entanto fica “marcada”, não sendo mais aceita para contratos, tanto com a indústria que processou como com as demais, obrigando-se então a vender sua produção para atravessadores, os quais não conferem as mesmas garantias que as empresas.

O fato de a venda da safra de tabaco movimentar grandes quantias de dinheiro passa para o fumicultor a ideia de que ele está obtendo lucros altíssimos. Entretanto, os custos de produção são exorbitantes, sobrando assim muito pouco para o agricultor, que dependerá dessa quantia até a safra seguinte. Contudo, como não é de costume dos agricultores manter o controle da própria contabilidade, eles não percebem isso.

É essa ideia de que o tabaco é a “galinha dos ovos de ouro” que leva as famílias a investirem tanto em estrutura para a produção. Como descreve o extensionista (EXT1),

Um produtor que eu conhecia, por exemplo, movimentava 100, 200 mil reais por ano, em notas, mas o custo de produção dele, de 100 era 90 mil, e ele não via isso, ele via os 100 mil. Ele foi aprendendo a trabalhar com isso, com volume de dinheiro. Então como o custo era alto e ele não identificava isso, no início os investimentos iam para outras coisas, para estruturas para a produção, que eles consideram como sendo estufa, trator, até caminhão. [...] nessas coisas assim

que facilitam a vida do dia a dia, mas que não incrementam em nada na renda. Pro fumo, 3 ha dá, planta-se quase 50 mil pés de fumo, o que uma família de três pessoas toca, e ainda passa trabalho. Qualquer outra coisa que eles queiram fazer, em 3 ha não dá. Mas, ao invés de comprarem uma área maior, irem investindo aos pouquinhos em aumentar a área para produzir outras coisas, eles investiam no fumo.

Não havendo investimento para aumentar a área das propriedades, a sucessão familiar torna-se um problema. Não se tem o costume de passar a propriedade de pai para filho, justamente porque falta espaço. Se três hectares de tabaco são suficientes para sustentar uma família de três, quando o filho cresce e resolve constituir a sua família, “três pessoas logo viram cinco, ou sete, nos mesmos três hectares. Esses sete agora passam fome” (EXT1). Como declarou a entrevistada 1,

Geralmente o fumo é só para pagar o trator, eu não posso contar com o fumo para mais nada. E agora com o guri grande também né, ele agora também quer plantar um canto para ele, então, não posso tirar o espaço dele. Tá na hora também, se eu tirar o espaço dele ele salta fora.

Nas famílias que têm área suficiente para que os filhos possam produzir, os pais costumam incentivá-los a largar os estudos para começarem logo a trabalhar nas suas próprias plantações. Como afirma a extensionista,

E também na questão da educação, é assim, quando a criança vai pro Ensino Médio, os pais dizem “Eu te dou uma moto e tu planta cinco, dez mil pés de fumo e fica em casa, não precisa estudar”. Então, assim, eles param. Eu cheguei numa casa esses tempos e eu fiquei impressionada, porque o guri quer estudar. Ele quer ir pra uma escola técnica que tem em Encruzilhada e ele quer fazer Agronomia, e a mãe dele diz “Bobagem, o que tu quer estudando? Tu tem tudo aqui, tu já sabe como plantar”. O guri já tá procurando as provas pra ele fazer e a mãe dele tem a visão de que não precisa, porque eles já estão estruturados financeiramente, então ela só quer que o filho trabalhe e mantenha o padrão. Não precisa melhorar, não precisa de conhecimento de fora. Os que têm dinheiro, compram os filhos pra ficar em casa e continuar na fumicultura, e os que não têm nem chegam na escola né.

Sendo assim, a fim de incrementarem sua renda, os jovens que não têm área suficiente para produzir em casa passam a vender sua força de trabalho para outras lavouras, repetindo o ciclo pelo qual seus pais já passaram. Percebe-se que não só a economia do município estacionou no tempo, como ocorreu o mesmo com a mobilidade social intergeracional, tanto nas famílias que recebem o PBF como nas que não recebem. Essa mobilidade, de acordo com Perú (2001), indica,

[...] os movimentos das pessoas na estrutura social entre as gerações do pai e do filho e, portanto, é influenciada tanto pelas mudanças demográficas e econômicas quanto pela construção e consolidação dos canais de mobilidade (como, por exemplo, a escola) existentes na sociedade para gerar oportunidades de mudar a posição social (PERÓ, 2001, p.1).

Há, então, uma evasão escolar muito grande, na faixa entre quinze e dezesseis anos. Tanto dos que ficam em casa para plantar, que são os que possuem mais terras cultiváveis, como dos que não têm essa chance e saem para trabalhar como peões. Segundo a assistente social,

E se for avaliar o contexto familiar, em que tu não tem muitas condições, e tu tem alguém que te paga R\$ 50,00 ou R\$ 60,00 por dia pra tu trabalhar na lavoura, tu vai pra lavoura. O que a escola oferece, não é?

A emancipação do município pode ter trazido a esperança de uma maior autonomia, mas o que se sucedeu foi uma configuração de isolamento, extrema dependência da cadeia produtiva do tabaco e manutenção intergeracional das condições de vida da população. Segundo a assistente social, a quantidade de beneficiários no município aumentou bastante nos últimos anos, sendo generalizado o número de pessoas que dependem dele para sobreviver. Ela afirma,

Não tem muita mão de obra aqui, o pessoal que recebe o Bolsa Família geralmente é quem trabalha de peão [...] e eles acabam não tendo ambição de algo a mais. Porque na verdade o programa Bolsa Família seria um incentivo, por um determinado tempo, né, pra pessoa melhorar, sair da situação de vulnerabilidade e depois ficar sem o benefício. Aqui não, a renda principal de muitas famílias é o Bolsa Família. Sabe, a única e principal.

#### **4.2. Sob que condições vivem esses atores beneficiários do Bolsa Família**

A presente seção diz respeito ao primeiro objetivo específico do estudo, identificar sob que condições vivem esses atores em situação de pobreza. Sendo o instrumento de coleta de dados organizado em cinco dimensões analíticas, cada uma delas será descrita separadamente.

Para facilitar o entendimento dos resultados, o quadro 2 reúne a relação entre cada uma das beneficiárias entrevistadas, sua situação de sua moradia e sua principal atividade econômica.

Quadro 2 Características das beneficiárias entrevistadas.

<b>Entrevistada</b>	<b>Situação de moradia</b>	<b>Principal atividade econômica</b>
1	Terreno própria	Produção de tabaco
2	Terreno próprio	Produção de tabaco
3	Terreno dos pais	Venda de força de trabalho
4	Terreno próprio	Produção de tabaco
5	Terreno próprio	Produção de tabaco
6	Terreno próprio	Produção de tabaco
7	Terreno próprio	Produção de mel
8	Terreno próprio	Produção de tabaco
9	Terreno cedido	Venda de força de trabalho
10	Terreno próprio	Borracharia
11	Terreno dos pais	Produção de tabaco
12	Terreno dos pais	Produção de tabaco
13	Terreno arrendado	Produção de tabaco
14	Terreno próprio	Produção de tabaco
15	Terreno próprio	Produção de tabaco

Fonte: Elaboração da autora.

#### **4.2.1. Habitação**

No que diz respeito às condições de habitação e saneamento básico, as informações encontradas são bastante heterogêneas. A maioria das entrevistadas declarou possuir banheiro na propriedade, inclusive dentro de casa, mas não foi uma resposta unânime. De maneira geral, a habitação é deixada em segundo plano dentro do ranking de prioridades da família, os investimentos são sempre destinados primeiramente aos recursos produtivos, como tratores, estufas de tabaco e paióis. Quando questionadas sobre o que gostariam de ter que ainda não haviam conquistado, a maioria das respondentes afirmou querer melhorar a casa, havendo o anseio por maior auxílio do Estado nessa questão.

Ao ser questionada sobre se sua casa está atualmente do jeito como ela gostaria, a entrevistada 4 afirma,

Não! Não, gostaria muito de mudar muita coisa. Ah, de reformar, colocar muita coisa que falta, por exemplo, o forro; tem umas partes que não tá com piso. Então a gente sonha com bastante coisa, né.

[...] eu gostaria de ter uma casa melhor, arrumar uma casa melhor. Acho que é o sonho de toda mulher.

No que diz respeito à origem da água, os casos encontrados dividem-se entre encanamento municipal, poço artesiano e nascentes, entretanto em nenhum dos casos a água passava por algum tipo de tratamento. A existência de esgoto a céu aberto também é um problema recorrente, com poucas propriedades apresentando fossa séptica.

Em relação à condição de habitação, a assistente social afirma que muitos não buscam melhorar por não enxergarem a necessidade. Há pessoas que vivem sem banheiro, mas nunca pensaram em construir um porque sempre viveram assim. A realidade já está tão intrínseca a eles que, no seu cotidiano, eles não param para questioná-la, principalmente por terem preocupações mais urgentes, como se alimentar, cuidar da família, cuidar da lavoura. De acordo com ela,

É questão de conhecimento, é eles conseguirem entender que eles podem melhorar, né, que eles podem ter água encanada, que eles podem ter luz elétrica, e isso não é um processo tão rápido de acontecer. A própria questão da higiene, pra fora (no interior) se tem o costume de se criar as galinhas soltas, entrando dentro de casa, de ter o chiqueiro dos porcos ali do lado da casa, ou então os porcos soltos também.

Entretanto, a partir das entrevistas realizadas, a condição de habitação não parece ser uma questão de descuido ou de indiferença, afinal quase todas as entrevistadas afirmaram que gostariam de melhorar suas casas e organizar a propriedade. As preocupações “mais urgentes” citadas acima não as impedem de pensar em melhorias que poderiam buscar para si e para a família, só as impede de executá-las. Elementos como banheiros, água encanada e fossa séptica podem não estar presentes por falta de costume ou conhecimento, mas casos em que há desmazelo com a moradia não podem ser generalizados.

Ainda nesse tópico, a coleta de lixo na zona rural do município é inexistente, apesar da insistência da população para que a prefeitura realize sua implementação. A respeito dessa questão, a entrevistada 4 relata,

Não, isso aí tá um caso, né. Porque já foi pedido, e não tem mesmo. O que dá pra queimar a gente queima, e o que não dá a gente amontoa num cantinho, porque não tem. Cansamos de pedir e o

caminhão do lixo não passa. Mas acho que é um absurdo, né, eles poderiam passar uma vez por mês, passar o caminhão do lixo. Se vai em tanto lugar, por que que aqui não? Pelo menos uma lixeira se eles fizessem pra gente, né. Fica bem mais fácil pra gente. Tu vai colocar uma lata, vamos supor, onde? Tu coloca a céu aberto vem um bicho e se machuca, tu vai pisar ali tu te machuca. E a culpa é de quem?

Sendo assim, todas as entrevistadas afirmaram queimar o lixo inorgânico, a não ser no caso de materiais que não possibilitam a queima, como latas. Já o lixo orgânico por vezes é utilizado como adubo e por vezes é simplesmente despejado na mata ou enterrado.

#### **4.2.2. Trabalho e acesso a serviços públicos**

Quanto à questão do trabalho, em toda a pesquisa foi encontrado apenas um caso em que não havia produção de tabaco, além de outro em que não havia produção alguma. A cultura é a principal geradora de renda no município, devido ao conjunto de características bastante vantajosas que apresenta.

Um aspecto bastante sobressalente dos casos analisados foi o fato de que a grande maioria das pessoas terem um histórico familiar de venda de força de trabalho. Muitas das famílias iniciam com dois trabalhadores rurais que se unem e adquirem ou ocupam uma área para enfim cultivar. Essas áreas são sempre bastante reduzidas (havendo casos onde há menos de 5 ha), dados os recursos disponíveis, e, por vezes, pouco aptas para cultivo.

Algumas entrevistadas vivem em terras arrendadas ou cedidas, o que limita ainda mais a construção de um projeto familiar e o planejamento sucessório. Como declara a entrevistada 13, ao ser questionada sobre o que gostaria de mudar na casa,

Eu até gostaria que fosse minha, né [risos], como não é. Mas se fosse minha eu ia querer arrumar ela melhor, eu queria botar piso e forro, né, queria arrumar mais ela. Mas como não é minha. [...] até temo ideia, se deus quiser, em algum tempo comprar uma pra nós. De comprar uma terra pra gente fazer como a gente quer, [...] não ficar dependendo. A gente montar de fazer uma coisa na casa, plantá um pé de árvore. A gente não consegue plantar porque como é que tu vai plantar se não é teu? Começar a plantar pra deixar ali? Tu não consegue arrumar nada na casa, tu não consegue arrumar no galpão porque não é teu. Aí não adianta. Mas, se deus quiser olhar um dia pra baixo, nós vai conseguir comprar.

Esse aspecto diferencia tal grupo social de outros onde as terras se mantêm, sendo passadas de geração em geração. No caso das famílias analisadas, os filhos já não têm tantas condições para permanecerem e constituírem família na propriedade dos pais, como acontece quando as propriedades são maiores. O que ocorre é a venda da mão de obra para que, com o tempo, os filhos consigam também conquistar um lugar para cultivar. Percebe-se que o ciclo se perpetua, como citado anteriormente.

Tal situação poderia acarretar em êxodo rural, entretanto, as alternativas a essa vida são muito reduzidas. Sendo um município predominantemente rural, cuja principal geração de renda se dá pelo cultivo de tabaco, Amaral Ferrador não apresenta muitas alternativas nem para a diversificação de cultivos e criações para os agricultores e nem de trabalho fora da agricultura. Como afirma a assistente social,

Infelizmente em relação ao fumo, não tem como a gente chegar hoje nas propriedades e querer mudar essa realidade, mas a gente sabe que tem muitas questões negativas em relação a ele. Os índices de suicídio mesmo são muito altos. Então a gente vem trazendo, a Emater vem trazendo essa questão da diversificação, mas isso tem que entrar devagar, porque querendo ou não o fumo traz uma renda muito rápida, é a prioridade que eles têm.

A maior parte dos alimentos consumidos no município, com exceção da carne bovina, vem de fora, e os serviços oferecidos na sede do município, dadas as dimensões do mesmo, já estão basicamente supridos. Sendo assim, as opções de trabalho no município para quem termina o ensino médio são ínfimas, o que desmotiva os jovens em relação à educação formal. Mas não é só isso que os desmotiva, como afirma a extensionista,

E outra que o Ensino Médio é só aqui, no rural não tem, então eles têm que vir até aqui, ou de manhã ou de noite. Aí chegam aqui e muitos veem o “mundo da cidade” pra eles aproveitarem, então eles vão pra dentro da sala de aula? Não vão. E daí a gente vê do outro lado que falta, de repente, dos professores, puxar assuntos da realidade deles. Porque eles trabalham os livros que vêm lá de São Paulo, aqueles livros didáticos, mas e a nossa realidade? Claro que pro professor é complicado, mas é complicado da primeira vez, depois eles podem seguir aproveitando aquele material.

Dado esse quadro situacional, a quantidade de jovens residentes do rural que terminam o ensino médio é muito reduzida, especialmente porque as escolas situadas no rural compreendem apenas o ensino fundamental, então,

para cursarem os anos restantes, os jovens precisam se deslocar até a sede. Os próprios pais desmotivam os filhos dos estudos, muitas vezes negociando com eles parte da área de cultivo de tabaco em troca de sua permanência, como explicitado anteriormente.

Ainda assim, apesar de abandonarem os estudos antes da conclusão, os jovens das gerações mais recentes permanecem na escola por muito mais tempo que seus pais. Isso se dá tanto pelo fato de o Programa Bolsa Família exigir a frequência escolar das crianças como pelo fato de que hoje em dia, ao contrário de antigamente, existem ônibus de transporte escolar para alunos do meio rural. Enquanto a maioria dos pais entrevistados não concluiu o ensino fundamental, tanto por falta de transporte quanto pela necessidade de trabalhar, a maioria dos filhos concluiu essa etapa.

No que diz respeito ao acesso a serviços de saúde, quase não houveram reclamações, com quase todas as entrevistadas afirmando que sempre conseguiram atendimento quando necessário, apesar de não precisarem com frequência, como disse a entrevistada 1 “É difícil [ficarem doentes], no mais a gente se cura em casa com chá”. No entanto, a entrevistada 6, quando questionada sobre a facilidade de conseguir atendimento médico, afirmou “É, quando tem médico em Amaral a gente consegue, né (risos)”.

#### **4.2.3. Segurança alimentar**

Referente à segurança alimentar, a produção para o autoconsumo é consideravelmente significativa, tendo a Chamada Pública de diversificação de cultivos e criações em municípios com produção de tabaco desempenhado papel fundamental para tanto. A produção de tabaco em si não diminuiu notadamente, mas muitas famílias que antes não produziam nenhum alimento para si agora produzem.

A principal vantagem desse tipo de produção está no incremento que ela confere à alimentação da família, dado que as condições para a aquisição de alimentos são dificultadas não só pela condição financeira dessas famílias, mas

também, ou especialmente, pela distância que elas precisam percorrer para chegar aos mercados. Muitas famílias precisam caminhar quilômetros até uma parada de ônibus, cujos horários ainda por cima são muito escassos, para se deslocarem até a sede de Amaral Ferrador ou de Dom Feliciano, município vizinho, e fazerem as compras do mês. Os alimentos são limitados, mas duram o mês todo sendo racionados.

O fato de não existirem linhas de ônibus municipais, apenas os ônibus intermunicipais e os ônibus escolares, que permitem apenas o transporte das crianças, dificulta o acesso à sede do município para a compra de alimentos. As famílias costumam caminhar quilômetros para pegarem um ônibus, cuja passagem não cabe facilmente no orçamento disponível, para irem ao mercado, tendo ainda que carregar todas as compras na volta.

#### **4.2.4. Participação social**

A dificuldade para se transportar desfavorece também a participação social, que se mostra pouco significativa no município. A extensionista explica,

Quando a gente faz algum evento a gente solicita pro setor de transportes um ônibus pra nós, porque não tem, né. Ali nos Foles, no Capoeirão [...] elas caminham cinco, seis quilômetros pra chegar na [estrada] geral, e aí poder pegar um ônibus. E a questão de passagem também, né, elas não têm recurso pra pagar passagem pra ir e vir. Se torna pesado, fica caro no orçamento.

Há apenas duas associações pequenas no município, as igrejas não têm muita influência sobre as comunidades e os membros das comunidades não têm o costume de confraternizar. O que vem ganhando mais força nos últimos anos é a formação de grupos de mulheres, graças a uma iniciativa da extensão rural do município.

Várias comunidades já têm um grupo, cujo intuito é dar maior autonomia às produtoras rurais, além de uma chance para que elas tenham algum lazer, atividade deixada bastante de lado especialmente entre as famílias vivendo sob piores condições. Esses grupos são um espaço de conversa, de trocas, onde são realizadas oficinas de artesanato e fornecidas informações que as participantes demandem. São também uma boa oportunidade para que os

profissionais da extensão rural e da assistência social criem um vínculo maior com a população e assim entendam melhor as suas demandas. Segundo a assistente social,

A gente se preocupa tanto com o que levar pra elas de informação, de oficina, sendo que nem o básico elas têm. A gente precisa dar esse passo pra trás e pensar no que elas precisam. A gente tem aqui muitos casos de pessoas sem registro civil, pessoas que não tinham identidade e CPF porque não sabiam da importância.

Além disso, as mulheres não costumam ter alguma forma de lazer, devido à jornada dupla de trabalhar na lavoura e ainda cuidar da casa e da família. Como afirma a extensionista,

Só de elas conseguirem sair de casa e deixar os maridos para os encontros à noite, é uma conquista. Elas dizem “Eu saí e deixei ele sem janta!”. Pra elas isso é uma vitória, porque elas trabalham na lavoura tanto quanto eles, porque o trabalho é familiar, trabalha todo mundo. Aí eles chegam em casa e vão pro banho pra sair pro boteco, ou vão assistir televisão, e elas vão fazer a comida, vão fazer pão pro dia seguinte. E não é só a comida dos maridos, porque elas fazem comida também pra algum peão que eles tenham contratado. Elas não têm lazer nenhum.

#### **4.2.5. Políticas públicas**

Quanto às políticas públicas, no geral as famílias acessam apenas o Programa Bolsa Família, com raras exceções de acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar para custeio de milho. Como viver com os membros mais idosos da família – os avós, no caso – não é um costume, não foram observados casos de acesso a aposentadorias. A maioria dos cadastros no PBF foi feita como resultado da busca ativa<sup>1</sup>, no entanto algumas famílias foram informadas sobre ele nas escolas dos filhos.

A quantia recebida pelo PBF é em média de R\$ 200,00 e, em geral, é destinada ao pagamento de contas da casa, com o restante sendo destinado à compra de alimentos. Os destinos mais citados foram a conta de luz e o gás, como afirma a entrevistada 2, “Pro gás, seria, pra luz. Mas e aí a comida como é que faz? Às vezes a gente se obriga também a comprar”. Por vezes, a

---

<sup>1</sup> A busca ativa consiste no procedimento de procurar pessoas que possam se encaixar nos critérios do Bolsa Família. Ela é realizada por profissionais que compõem o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

quantia é destinada para a aquisição de roupas e material escolar para as crianças, como afirmou a entrevistada 7,

É deles, eu boto na minha cabeça que o Bolsa Família é deles, das crianças, né. Tem gente que não pensa assim, que pensa que o Bolsa Família é pra comprar comida. E não! O Bolsa deles é pra comprar roupa, material, coisa pro colégio; é deles.

Como citado anteriormente, quando questionadas acerca de algo que gostariam de ter ou fazer que ainda não haviam conseguido, a maioria das entrevistadas falou em melhorar as condições de moradia, desde a construção de uma casa, pois houveram entrevistadas que viviam em casas improvisadas, até a reforma das mesmas e a aquisição de mais eletrodomésticos. Segundo a entrevistada 10,

O meu quarto, ele é de tábuas, né, e é de soalho, aí entra muito frio nas frestas né, tem umas frestas grandes. Aí se eu pudesse eu faria de material né, mas não dá, é muito caro.

Na figura 5 é possível visualizar a entrevistada 1 em frente à sua casa, cuja lateral é feita de lona, a armação de madeira e as telhas de barro. Ao fundo, percebe-se a presença de uma construção que consiste do paiol.



Figura 5 Entrevistada 1 em frente à sua casa. Fonte: Acervo da autora.

A figura 6, mostra, em contraponto, sua estufa para secagem de tabaco. Não é de nenhum espanto para quem conhece a realidade da fumicultura,

aliás, que muitas famílias de fumicultores vivendo sob condições semelhantes às da entrevistada 1 moram ou já moraram dentro das estufas de tabaco, na ausência de uma casa propriamente dita.



Figura 6 Estufa de tabaco na propriedade da entrevistada 1. Fonte: Acervo da autora.

Como declarou a entrevistada 6,

Essa casa que eu tenho aqui, isso aqui foi tudo do governo. Do Minha Casa, Minha Vida foi das primeiras que saiu, eu consegui ela e, olha, se não fosse o governo eu acho que eu tava ali dentro do galpão até hoje. Eu morava lá naquela parte de cima do galpão, lá onde tem duas janelas, criei minhas duas crianças ali dentro.

Apesar das condições precárias encontradas nas propriedades visitadas, foi constatado que a grande maioria das beneficiárias do PBF no município não sabe por que recebe o benefício. Quando questionadas a respeito, a maioria disse ser por causa das crianças, ou porque alguém disse que elas precisavam. Segundo a extensionista, “Eles não entendem muito bem o que é essa política do Bolsa. Pra eles o Bolsa Família é uma renda, eles não vêm isso como um incentivo pra eles saírem da extrema pobreza”.

Elas o enxergam como uma ajuda do governo, sendo qualquer ajuda bem-vinda, e acreditam, ainda, que a quantia deveria ser maior. Como afirmou a entrevistada 1, “No meu pensamento tinha que ser maior, porque para mim

mesmo, agora veio uma conta de luz de 250 (reais), para quem recebe 270 de Bolsa”.

Para elas, o benefício deveria ir para quem mais precisa, como quem tem crianças pequenas, que geram muitos gastos, quem não tem condições de trabalhar, quem não tem terra suficiente ou não tem terra própria, como declara a entrevistada 15, “Eu acho que os mais pobres, né, têm uns que tem chácara, assim, e recebe [o benefício], né, que tem tudo, chácara grande, e recebe. Às vezes mais que a gente, né, e a gente não tem e recebe pouquinho”.

A entrevistada 7 compartilha desse pensamento,

Acho que aqueles que não têm uma renda, que não têm como sobreviver. Porque tem aqueles que têm como sobreviver, que têm bastante terra, estufa, plantam fumo, e tem gente que não tem, né, como.

Ela, entretanto, não soube dizer por que recebe o benefício,

Olha, eu não sei por que, tem umas que recebe que tem menos criança que eu e recebe mais, então eu não sei. É uma pergunta que não tem resposta. Tem uns que recebe bastante, outros que recebe menos.

O desconhecimento acerca dos critérios do PBF se mostrou bastante difundido no município, sendo esse um fato conhecido pelos profissionais que atuam diretamente com os beneficiários. Algumas entrevistadas afirmaram receber o benefício devido à renda baixa, algumas afirmaram ser devido à renda baixa e às crianças, como a entrevistada 2,

Eu creio que é por causa das criança que iam pro colégio, da renda também, porque houve uma época em que eu trabalhei sozinha, eu criei os filho sozinha, aí eu não tinha da onde tirar, né, aí foi um dinheiro que veio.

No entanto a maioria delas associa apenas às crianças ou não sabe responder diretamente, como declarou a entrevistada 12, “Porque eu preciso, né”.

### 4.3. Como esses atores compreendem a pobreza

Esta seção diz respeito ao segundo objetivo específico do estudo, compreender como esses atores compreendem a pobreza. Quando questionadas, as entrevistadas concederam respostas das mais variadas.

Segundo a entrevistada 1, “A pobreza é a gente querer uma coisa e não poder; não ter como comprar”, e a entrevistada 5, “É quando a gente não tem dinheiro pro que a gente quer comprar”, a pobreza está relacionada com o poder aquisitivo.

Bastante citado também foi o conceito relacionado à fome, como afirmam a entrevistada 9, “Olha, minha filha, a pobreza, eu já passei por isso aí. Olha, não quero nem pensar. Tu ver um filho pedindo leite e tu não ter para dar, nisso eu não quero nem pensar”, e a entrevistada 11,

Eu acho que é sentir fome, né. Eu tenho pouco mesmo, mas eu fico com vergonha. A gente tem que se contentar com o que Deus deu pra gente. Eu acho que pobreza tem aqui e em qualquer outro lugar, né. Pobreza sempre tem. Só que tem uns mais forte, outros mais fraco. É a vida, né, e a gente tem que lutar, não tem como.

Essa heterogeneidade nas respostas condiz com o fato de que, quando lhes foi perguntado se achavam que cada pessoa tem a mesma ideia do que é a pobreza, todas as entrevistadas afirmaram acreditar que cada pessoa enxerga a pobreza de uma forma, de acordo com as suas próprias condições de vida. Como afirmou a entrevistada 6, “Seria bom se todo mundo pensasse igual, né [sobre a definição de pobreza], ia ser mais fácil de resolver”.

Apesar de os conceitos relacionados ao poder aquisitivo e à fome terem sido mais repetidos, muitas ainda citavam a privação de quaisquer condições básicas. Como na declaração da entrevistada número 3, “Pobreza é não ter o alimento para comer, as roupas para vestir; não ter nada”. Ou como afirma a entrevistada 7,

Pobreza? Ai, olha, é difícil. Eu acho que a maior pobreza é a gente não ter saúde, né. Se tu tem saúde, tu corre atrás, por mais grande que seja a dificuldade. Acho que a pessoa não ter como – a pessoa doente que não tem como fazer nada, eu acho que é a pobreza maior [...] aquilo ali é pobre. Por mais pobre que a pessoa seja, se ela tem saúde ela corre atrás.

Já de acordo com a entrevistada 6, a pobreza é viver na rua,

Olha, o que que é pobreza? Na minha opinião, que nem assim, tem muitos aí na rua que não têm o que comer, né. Principalmente esses precisariam receber algum benefício do governo. Ter um lugar, um abrigo. Que o povo ajudasse pra fazer umas comidas, umas sopas no inverno. Pobrezinhos, ficam tudo na rua.

Nota-se que essa ajuda aos pobres idealizada pela entrevistada não é o PBF. A ideia dela para quem ela considera pobre é bem diferente, não se encaixando na realidade em que ela vive.

A entrevistada 13 declara,

Eu acho que pobre, pobre mesmo, acho que se a gente não tivesse a Bolsa Família, aí sim, acho que a gente podia te dizer isso, porque aí tu ia ter que tirar da onde, tu não tinha pra pagar uma luz, não tinha pra comprar uma roupa pra uma criança pro colégio, não tinha pra nada. Com o Bolsa Família a gente compra, ali no fim do mês tira o dinheiro e paga.

É importante ressaltar que, em nenhum caso, a pessoa entrevistada se enxergava como pobre, no máximo ela se dizia “não tão pobre”, como o caso da entrevistada 10,

Ai, pobreza, eu acho que, assim, pobreza é aqueles que não têm nada, né. Não tem como pagar as contas, né, como comprar o próprio alimento. Falta assim, as roupas, coisa assim, passando frio. Eu sempre quando eu ganho, quando eu posso eu sempre dou. [...] se a gente não sabe [para quem doar] a gente pergunta, às vezes eu pergunto pra uma amiga minha, se não tem alguma criança, alguma pessoa na família que sirva aquelas coisa que eu tenho ali sobrando [...], isso a gente sempre dá, né. Eu acho que pobreza mesmo é isso, né.

Ela ainda comparou o seu caso com o de um vizinho,

Que nem o meu vizinho [...], eles não têm da onde tirar, nada, nada. Agora ele tá parado que não tem um serviço, porque ele trabalha também de peão no fumo, na colheita, né. Ela tava me dizendo que tá apertada, faltando as coisa, que não tem da onde tirar. E o Bolsa dela parece que é 134 reais só por mês e tem ela, ele e um gurizinho, aí como é só uma criança o valor é pouco, né. [...] aí eu acho que isso o que pobre, né. Ainda bem que ele plantou, o pátio dele é maior e a terra é bem boa, aí ele plantou aipim, batata, essas coisas, aí vão levando. As pessoas dão também de vez em quando as coisas. O gurizinho dele é doente, também, ele pede na rádio o dinheiro pra comprar o medicamento do gurizinho, que é caro, né, ele tem que tomar três qualidade de remédio. Eu acho que assim são os mais pobres, que precisam. Não ter nada, nada assim. Porque se tu tem já não é considerado tão, tão pobre. Que nem a gente, a gente é pobre, mas não passa fome. Às vezes a gente não tem carne, pra comer, aí eu faço um ovo frito, que eu crio galinha e tudo. Aí a gente não tem carne, mas, graças à Deus, arroz, feijão, aipim e batata a gente sempre tem. Uma canjiquinha também, eu faço, a gente gosta e é

baratinha. O necessário a gente sempre tem, os que não têm é que são bem pobres mesmo.

As perguntas referentes à pobreza, inclusive, eram sempre recebidas com uma certa surpresa, como se não fizessem sentido em relação às demais e em relação à realidade das entrevistadas. Muitas repetiam a pergunta, como que para tentarem fazer sentido do que estava sendo perguntado. “Pobreza? Tem uns que não tem nada, né. Tem uns que tem menos que a gente” (E14).

A entrevistada número 4 também repetiu a pergunta, “Que que é pobreza? Ai, eu acho assim, olha, é o que a gente vê no Nordeste. Aquelas crianças que não têm o que comer, que não têm o que vestir, isso aí é pobreza”.

Algumas entrevistadas afirmaram já terem vivido na pobreza, e por terem péssimas lembranças não quiseram responder à pergunta, como a entrevistada 12, “Pobreza? Ah eu nem sei como explicar, [longa pausa] pobreza eu nem tenho como explicar [longa pausa] é bem triste”, e a entrevistada 15 “Pobreza, assim, eu não tenho como te explicar. De que jeito, né? Eu não sei explicar”.

Segundo a entrevistada 2, entretanto, a pobreza é uma questão de valorização,

O que que eu chamaria de pobreza? Eu acho que a pobreza é, assim, uma questão de valorizar mais as pessoas. Tem muitas pessoas que trabalham, e lutam, lutam pelas coisas, mas não têm ajuda de nada, sabe. Aí se tornam acomodado e não vão em busca de nada. [...] a minha ideia é essa, eu acho que é falta de oportunidade pra melhorar.

Assim, a partir desse quadro analítico, percebe-se nesse grupo social um conjunto de pessoas que, apesar de serem beneficiárias do PBF e viverem sob condições de vida bastante restritas, não se enxergam dentro da categoria dos pobres. De maneira geral, unindo as diversas conceituações encontradas, a pobreza para elas é não ter o mínimo e, dado que muitas já tiveram menos do que têm atualmente, elas já consideram essa situação como superada dentro da sua realidade.

O curioso é que, num primeiro momento em que param para responder à pergunta, pobreza para elas é a pobreza extrema, no entanto, geralmente ao

refletirem mais um pouco, se veem como pobres também, mas não tanto. Surge aí a escala de pobreza que elas mesmas percebem, ao compararem sua situação atual com uma situação pela qual já passaram, ou com a situação de conhecidos.

Essa escala parece ser quase que unânime: quem recebe o Bolsa Família, tem o que comer, tem o que vestir, tem um teto e tem saúde, já não está dentro da extrema pobreza. Está dentro da pobreza, mas não é “tão, tão pobre”, como define a entrevistada 10.

Essa situação ancora-se teoricamente no que afirmam Junior e Sarriera (2017, p. 103) acerca da relação entre bem-estar e pobreza, segundo os quais “[...] somente um estado de extrema pobreza impacta significativamente na redução das médias do bem-estar subjetivo”.

O bem-estar subjetivo, segundo Diener (2012), consiste do conjunto das respostas do indivíduo sobre sua satisfação com a vida, sendo um dos conceitos mais utilizados para avaliar aspectos subjetivos da qualidade de vida e da felicidade.

Para Junior e Sarriera (2017), os atores em situação de pobreza conseguem se acomodar a uma realidade adversa e, assim, selecionar preferências possíveis para serem desejadas e alcançadas. Quanto mais pobre uma população, maior o impacto de acréscimos de renda no bem-estar subjetivo, ou seja, para esses atores que têm muito pouco, qualquer aumento na renda já faz muita diferença. Ao que se percebe pelos relatos das entrevistadas do presente estudo, a diferença é suficiente para que elas já se enxerguem em outra categoria social.

#### **4.4. Como esses atores são privados de escolhas e capacidades**

A presente seção diz respeito ao terceiro objetivo específico, compreender como esses atores são privados de escolhas e capacidades. Como afirmado anteriormente, o município de Amaral Ferrador configura-se como um município isolado, extremamente dependente da cadeia produtiva do

tabaco e cujos jovens continuam fadados a viverem da mesma forma que seus pais.

Sabemos, portanto, como essa situação formou-se, mas de que forma ele gera privações a essa população? A população tem acesso, independente da qualidade, à educação, à saúde e à renda – as dimensões do IDH. Há condições básicas de vida suficientes para que os próprios atores não se considerem pobres, há uma terra para viver e produzir, há assistência social, há assistência técnica. O que está faltando afinal?

Falta-lhes oportunidade, falta-lhes opções de trabalho, falta-lhes acesso a mercados diversificados, falta-lhes incentivo para crescer, falta-lhes apoio para se organizarem coletivamente, falta-lhes acesso à informação, falta-lhes capacidade de agência.

Assim como Long (2001), Sen (2000) também faz uso da ideia de agência quando discorre sobre a liberdade. Ele não intitula os indivíduos de atores, mas de agentes, membros do público e participantes de ações econômicas, sociais e políticas. Os agentes agem ocasionando mudanças e seus feitos podem ser julgados de acordo com seus próprios valores e objetivos (SEN, 2000).

Cada ator é capaz de definir suas próprias estratégias de sobrevivência e reprodução social, mas oportunidades desiguais geram capacidades desiguais. Tais oportunidades desiguais não fazem apenas com que os atores fiquem estagnados economicamente, mas também psicologicamente. Eles não se sentem capazes de mudar sua própria situação de vida, então permanecem da mesma forma.

Sobre a questão do Bolsa Família ser a única renda de muitas famílias, a extensionista afirma,

A gente nota que é claro que tem muitas outras coisas, é falta de estudo, falta de cultura, falta de oportunidade. Tem muita coisa junto com isso, né. Eles não são pobres de dinheiro, mas de conhecimento, de saber os direitos deles e se apropriarem disso. A que eles têm direito, aonde eles podem chegar e aonde eles querem chegar.

Não se pode ignorar o fato de que muitas dessas pessoas cresceram tendo que trabalhar para ajudar no sustento da família e viveram,

paralelamente, uma vida privada de condições básicas de alimentação e sanidade. Elas cresceram em um ambiente favorável para que, além de não se verem capazes de buscar algo melhor, talvez nem parem para refletir sobre outras possibilidades, pois estão com sua atenção sempre voltada para a sobrevivência, própria e da família.

Durante o processo de coleta de dados, foram visitadas mulheres com dificuldades de compreensão, mulheres com dificuldades motoras, mulheres com problemas congênitos e mulheres com traumas psicológicos, que não queriam falar sobre seu passado. Ao mesmo tempo, muitas entrevistadas ficaram perceptivelmente alegres por haver alguém interessado em falar com elas.

Sobre atividades realizadas no grupo de mulheres, a extensionista relata,

A gente leva receitas e às vezes elas não sabem interpretar, coisas como “uma xícara”, porque elas fazem as suas receitas da rotina. Muitas não foram alfabetizadas, muitas voltam a estudar para poderem ajudar os filhos, quando eles começam a alcançar o ano em que elas pararam.

Os grupos de mulheres organizados no município têm o intuito de desenvolver a capacidade de agência dessas atrizes sociais. Como mencionado anteriormente, a principal ideia é aumentar a autonomia das mulheres rurais, além de proporcionar a elas algum lazer e algum convívio com a comunidade.

Segundo a extensionista, a demanda pelos grupos de mulheres partiu das próprias mulheres. Acerca disso ela declara,

Fazem oito anos que eu trabalho com ATER e trabalho com o CRAS e agora que surgiu a demanda delas, que elas notaram, assim olha, quando tem reunião de ATER, só vai homem, quando tem reunião do Bolsa Família, só vai as mulheres com as crianças, inclusive levam as crianças pra mostrar que têm filhos e que precisam do Bolsa Família. Só que elas não têm conhecimento do direito delas enquanto família. Então agora que surgiu a necessidade delas de se organizarem [...] enquanto grupo associação.

Entretanto, a falta de organização já vem da estrutura familiar encontrada na zona rural. Segundo a extensionista,

As mulheres não têm essa organização dentro de casa, né, em família. Aqui tem muito caso em que as pessoas se separam, ficam os filhos. A gente sabe que, quando falta dinheiro, já começam as brigas dentro de casa. A gente sabe que tem tudo isso, mas tudo é uma questão de conhecimento e de elas saberem onde elas podem chegar, do que elas têm direito.

E a assistente social completa,

E com essa questão de faltar dinheiro, a gente tem muito forte no nosso interior a questão do alcoolismo, né, que gera uma violência e que tem dificuldade de chegar até nós [o serviço social] porque algumas delas entendem também como normal, por elas não saberem dos seus direitos, além da questão do medo. Muitos maridos nem deixam que elas participem do grupo [de mulheres] para que elas não saibam mesmo. Nós tivemos uma situação no ano passado num evento do Dia da Mulher, em que nós ofertamos pra elas curso de maquiagem, e umas duas ou três comentaram “Eu não posso chegar assim em casa, Deus o livre eu chegar bonita assim”.

As assistentes buscam incentivar as mulheres a buscarem educação e informação, mas sempre com o cuidado de não interferir na rotina familiar. Muitos cônjuges sentem-se ameaçados por esse processo de emancipação das mulheres, pois o ganho em capacidade de agência delas pode reduzir o poder que eles têm dentro de casa e a sua liberdade de agir independente do que elas achem.

A mulher rural requer atenção especial: negligenciada, vítima de violência doméstica, vítima de coerção matrimonial, privada ainda mais de conhecimento e de capacidade de agência, já escassa para a população rural como um todo. A política do Bolsa Família, a qual busca dar mais autonomia para as mulheres, e esse movimento crescente de criação de grupos de mulheres nas áreas rurais vem mudando essa realidade, fazendo com que os casos extremos sejam cada vez mais reduzidos na região.

Entretanto mudanças significativas são difíceis dado que desde cedo não há incentivo no município para que os jovens busquem condições melhores de vida. Não havendo perspectivas para quem termina o ensino básico, muitos abandonam os estudos, porém não há perspectivas na agricultura também, devido ao quadro fundiário explicado anteriormente. Desta forma a maior parte da população não tem condição alguma de escolher o que quer para o futuro, sendo levada pelo que o sistema oferece.

Segundo a assistente social, as privações dessa população começam no acesso aos próprios direitos. O fato de haver localidades no município que são muito distantes da sede, como é o caso da localidade Foles, distante 40 km da sede do município, leva ao isolamento de muitas famílias. Elas acabam não tendo contato a ponto de nem ficarem sabendo de benefícios que podem acessar.

Muitas famílias não se deslocam nem mesmo para procurar atendimento médico. Muitas crianças nascem na zona rural sem nenhum acompanhamento pré-natal e não são registradas no cartório. Estas famílias estão aptas a serem cadastradas pelo PBF e nem mesmo sabem disso.

A própria questão de organização da habitação, segundo a assistente social, tem relação com o fator isolamento e com a falta de conhecimento. Essas famílias estão tão habituadas a viverem sob condições precárias que não consideram a possibilidade de melhora. Muitas vezes as casas não têm piso, não têm água encanada, não têm banheiro ou fossa séptica, pelo fato de que essas coisas nunca fizeram parte da realidade dessas pessoas.

O processo de busca ativa por beneficiários para o Programa ajudou muito a levar alguma informação para o meio rural, com os membros do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – Itinerante se deslocando pela zona rural visitando propriedades a fim de encontrar pessoas que precisem de auxílio. Entretanto sempre restam famílias a serem “encontradas”.

Sobre a época em que começou a ser realizada a busca ativa, o extensionista afirmou,

Foi interessante porque, como eu já trabalhava lá já há quase dez anos, então trabalhava com um público grande de agricultores, mas que tinham alguma ação direta da extensão, tipo crédito. E dos que foram selecionados para serem cadastrados, que foram 50 famílias, eu, com toda a experiência que eu tinha de Amaral, de ter orgulho de dizer que não tinha uma estrada em que eu não tivesse entrado, uma família que eu não conhecesse, não conhecia nenhuma.

Percebe-se que há toda uma realidade mal compreendida do que é viver no meio rural, não só no que diz respeito à pobreza, mas ao acesso à educação e ao mercado de trabalho, às oportunidades de mudar de vida. Fala-se muito, em publicações acerca do desenvolvimento rural (Ferrão, 2000; Rua,

2006; Kageyama, 2008; Wanderley, 2009), sobre aprimorar a integração entre o rural e o urbano levando em consideração as dimensões social, econômica, político-institucional e ambiental, entretanto não há tanto conhecimento na academia sobre as minúcias do cotidiano da população rural.

É nos detalhes que se encontram as reais demandas. Não basta saber se os jovens rurais estão ou não indo à escola, é preciso saber como eles chegam na escola, o que eles esperam da escola, como a escola está contribuindo para o futuro deles, que diferença a escola faz na vida deles de acordo com as suas reais oportunidades.

Nós temos que parar de olhar para as populações rurais e nos perguntar apenas o que elas produzem e qual o seu rendimento, nós temos que olhar para as populações rurais e nos perguntar o que elas pensam. No que diz respeito às categorias analíticas definidas para esta análise, constata-se que as condições encontradas no município não são tão precárias quanto era esperado antes do início do estudo, entretanto os pontos que deixam a desejar estão fazendo toda a diferença, impedindo que o município se desenvolva como um todo.

Relativo à habitação, as moradias eram quase sempre construções boas, com coisas a melhorar, como o piso e o forro, mas boas. Os casos de casas precárias são isolados. Verificaram-se, no estudo, os casos da entrevistada 1, cuja casa era envolta por uma lona ao invés de paredes, da entrevistada 11, cuja casa estava prestes a desabar, e da entrevistada 10 cujas frestas das paredes de madeira deixavam passar muito frio no inverno. Pelo que se pôde perceber esse padrão de precariedade se mantém por todo o município.

A questão do saneamento básico apresentou mais problemas, algumas entrevistadas afirmaram não ter banheiro em casa, e a água ingerida em nenhum dos casos passava por tratamento. A existência de esgoto a céu aberto é um problema recorrente, com poucas propriedades apresentando fossa séptica, e a coleta de lixo é inexistente.

A infraestrutura mostrou-se como o grande problema do município, não havendo estradas de qualidade ou transporte público, o que dificulta a participação social da população, o acesso à educação, o acesso aos postos de saúde, o acesso a postos de aquisição de alimentos (mercados de todos os tipos e supermercados) e reduz as possibilidades de diversificação de renda e produção.

A alimentação é sempre restrita para essa parcela da população, tanto em quantidade como em qualidade, com as famílias se limitando tanto à ingestão de alimentos baratos ou que estejam disponíveis na propriedade, como à quantidade de alimentos que sua renda permite comprar para o mês.

O acesso a políticas públicas costuma se restringir ao Bolsa Família, com a percepção das famílias sobre ele variando bastante. Em muitos casos as atrizes não sabem por que recebem o benefício, alguém (seja uma professora no colégio dos filhos, a assistente social, as agentes de saúde ou os extensionistas) simplesmente as informa de que elas se encaixam nos critérios.

O Bolsa Família é para elas questão de sobrevivência e condição para saírem da extrema pobreza. Sem ele, muitas voltariam à estaca zero, mas não é uma situação generalizada.

Acredita-se que uma maior participação social da população ajudaria muito no ponto que mais a impede de evoluir: a autoestima. Como afirmaram os extensionistas e a assistente social, a população precisa conhecer seus direitos e perceber que se unindo e exercendo a sua cidadania, consegue chegar mais longe, consegue pensar em formas de mudar a situação de todos.

Esse fator justifica a regularidade com a qual se relaciona, em pesquisas científicas, a pobreza aos níveis de capital social. Foram citados anteriormente os trabalhos da pesquisadora indiana Deepa Narayan, mas muitos trabalhos realizados na América Latina, inclusive no Brasil, relacionam os temas, como é o caso, para nomear alguns, de Atria (2003), Robison et al. (2003), Fontes e Eichner (2004), Ribeiro e Araújo (2018) e Braga et al. (2018).

#### **4.5. Os projetos familiares locais e a importância do Programa Bolsa Família**

Esta seção diz respeito ao quarto objetivo específico desta investigação, compreender a importância do PBF para os projetos familiares locais. Os projetos familiares são formados a partir da interface que se dá entre os projetos individuais dos membros de uma família, adequando a ideia de projetos coletivos de Long à ideia de Chayanov de que na família camponesa, como todos estão envolvidos na produção e fazem uso dos ganhos, todos acabam contribuindo para um projeto coletivo da família.

Como mencionado anteriormente, o autor afirma que cada família passa por um ciclo demográfico, que surge da relação entre a força de trabalho disponível e a demanda por consumo. Mesmo no caso de propriedades em que a produção para o autoconsumo é pequena ou inexistente, ou seja, quando a relação entre o que a família produz e o que ela consome não é direta, a renda proveniente da produção de tabaco ou da venda de força de trabalho também é destinada para o consumo da família, através da aquisição de alimentos e bens.

A ideia central dessa relação é a de que, à medida em que um casal começa a formar uma nova família, cada filho representa um novo consumidor, e a relação consumidor-trabalhador começa a aumentar. Quando os filhos atingem uma idade que os possibilita trabalhar, a relação se estabiliza, até o momento em que, quando esses filhos resolvem partir para constituir suas próprias famílias, a relação torna a se reduzir.

Essa relação foi claramente observada no espaço empírico observado, sendo que, para as famílias beneficiárias do Bolsa Família, o período que compreende a infância dos filhos, no qual estes não podem ajudar na produção fornecendo mão de obra, é o período em que as famílias passam por mais necessidades. Muitas entrevistadas justificam a associação do PBF às crianças pelo fato de que, além das crianças gerarem gastos extras com comida, roupas e material escolar, elas impedem que as mães possam trabalhar na lavoura

tanto quanto os pais, nesses anos iniciais em que ainda requerem atenção constante, como afirma a entrevistada 2,

[...] a gente quando tem filho pequeno a gente tem dificuldade. Eu mesma com as duas pequena eu não consigo trabalhar direito, na lavoura mesmo, abandonei, né. Ai fica só ele pra trabalhar, a renda é bem menos. Hoje mesmo, enfardamos fumo, eu vim triste do paiol, não é a mesma coisa que tu ter duas pessoa que trabalha, né.

Desta forma, o benefício do PBF representa parcela importante da renda familiar, sendo a única quantia fixa que essas famílias recebem, dado que, para as famílias cuja única atividade é a produção de tabaco, a quantia proveniente da comercialização é toda recebida na safra, a qual ocorre no verão. Já para quem realiza outras atividades, seja a venda de força de trabalho para outras lavouras, a produção de outras mercadorias ou a venda de força de trabalho para serviços fora da agricultura, a quantia recebida oscila de acordo com a demanda.

Pode parecer irônica para alguns a associação da cultura do tabaco à pobreza rural, dado o seu potencial de lucratividade em condições ideais de cultivo. O que ocorre é que, justamente, onde há pobreza rural a tendência é que as condições de cultivo não sejam ideais.

Como citado anteriormente, além das propriedades serem bastante pequenas, o que limita a área de cultivo, as condições do solo são muito precárias. O solo é pedregoso e foi degradado devido ao fato de que não se faz rotação de culturas, a qual, mesmo que fosse do desejo dos agricultores, é, também, impossibilitada pela área. Logo, o tabaco produzido, além de muitas vezes ser insuficiente em quantidade, é de má qualidade.

Sendo assim, o PBF é a garantia de sobrevivência dessas famílias, a garantia de que elas conseguirão pagar suas contas e comprar alguma comida, pelo menos, mesmo que todo o resto dê errado. Sua introdução aos projetos familiares foi bastante significativo nesse sentido, como afirma a entrevistada 2,

Ai, ficou melhor, né. Porque a gente às vezes não tinha dinheiro nem pra luz, nem pro gás, nem nada, né. Como é que eu posso dizer, a gente consegue viver melhor, né, porque tem todos os meses, é garantido, né.

Muitas acreditam que o benefício poderia ser maior, mas também admitem que qualquer quantia já ajuda, em relação à quando não recebiam ajuda alguma, como afirma a entrevistada 7, “Olha, às vezes aperta. Claro que se fosse mais melhorava, mas já ajuda esse tanto, né”. Segundo a entrevistada 2,

Olha, eu acho que sim, né [que deveria ser uma quantia maior], porque eu mesmo tenho uns quantos pequenos, aí tem gasto, né. E o valor das coisa tá maior também, né, o gás e a luz. Aí a comida, como é que – a gente se obriga também às vezes a pegar e comprar. Um mês que tu compra roupa pros filho não sobra nada, né. Não tem como tu manter outras coisa.

Dada a hegemonia da produção de tabaco em Amaral Ferrador, os projetos familiares locais se mostram bastante homogêneos. Existem, primeiramente, os projetos dos produtores de tabaco, cuja área é suficiente para que apenas a produção dê conta de manter a família inteira, excluindo a necessidade de realizar outras atividades. Existem os projetos dos produtores de tabaco que precisam também vender força de trabalho, a fim de completar a renda familiar. Por fim, existem os projetos de famílias que apenas vendem força de trabalho.

O Bolsa Família se faz mais presente para famílias dos dois últimos grupos, entretanto, não são todas que recebem, umas por ainda estarem isoladas e não terem conhecimento do benefício, outras porque pediram e não conseguiram.

É fácil compreender por que a importância do Bolsa Família aumenta à medida que a representação da produção de tabaco diminui na renda familiar. Os atores que dependem unicamente da venda de força de trabalho ficam reféns da demanda por mão de obra em outras lavouras, a qual costuma ocorrer somente durante a safra. Essa situação muitas vezes força-os a buscar trabalho também em lavouras de cidades vizinhas e reduz bastante suas condições financeiras ao longo do ano.

Sobre a venda da força de trabalho, a entrevistada 1 descreve, “[A gente trabalha no] fumo, hoje [o guri] tá trabalhando nos arroz e também tá esgotando as granja agora. O serviço que surge a gente tá indo, parado a gente não fica”.

Projetos familiares que não incluem de alguma forma a cultura do tabaco são quase inexistentes, sendo que neste estudo verificou-se apenas uma família que não dependia dela, a qual, no caso, produzia mel. Nesse caso, inclusive, a família demonstrou ser menos dependente do Bolsa Família, mais flexível quanto às fontes de renda,

Eu até participei de um programa que teve agora do Senac que é pro pessoal que tem Bolsa, né, é negócio de gastronomia, e eu fiz, sabe. Eu tenho os quatro certificado, completei os quatro estágio, terminei meus estudo tudo ano passado, então eu acho que eu tenho como sobreviver sem o Bolsa. Pra nós o Bolsa ajuda bastante com as criança, mas nós mesmo não dependemos do Bolsa, somente do Bolsa. A gente tem criação de abelha, a gente tem o mel, então a gente tem outros meios. Pras criança vai fazer falta, sim, porque é deles.

O exemplo dessa família reforça o potencial que apresenta a diversificação das fontes de renda para melhorar as condições de vida no meio rural, dada a autonomia que a mesma pode conferir às famílias. A tentativa, por parte da extensão rural, de levar a diversificação de cultivos e criações para a população, através da Chamada Pública de diversificação de produção e renda em municípios com produção de tabaco, foi, entretanto, bastante limitada pelas condições do município. A diversificação de renda teve pouquíssimo impacto, já que outros produtos dificilmente conseguem encontrar demanda, todavia, obteve-se um ganho bastante notável de famílias produzindo para o autoconsumo, atividade bastante escassa anteriormente, que contribui bastante para melhorar a alimentação dessas famílias e conferir a elas uma maior autonomia em relação ao mercado. Produzindo mais alimentos, essas famílias podem destinar mais dinheiro para outros bens.

Mais recentemente, o que mais vem influenciando os projetos familiares é a criação dos grupos de mulheres nas localidades no município. A intenção dos grupos, como explicado anteriormente, é ajudar as mulheres rurais a conhecerem seus direitos, a interagirem umas com as outras e obterem perspectivas diferentes que possam ser ou não incorporadas ao seu dia a dia. De fato, é a interface entre diferentes projetos individuais e, mais ainda, é a oportunidade para essas atrizes fortalecerem seus projetos individuais, comumente ofuscados pelos demais projetos individuais dentro da família.

É uma chance de mostrar para essas atrizes que pode haver um projeto coletivo das mulheres rurais, um exercício de sua cidadania em prol de melhorias que elas demandem. Para tanto, são cruciais os papéis da assistente social e dos extensionistas, que, apesar das limitações, atuam para informa-las e incentiva-las a buscar melhores condições de vida.

#### 4.6. Reflexões sobre o combate à pobreza e os níveis de qualidade de vida

Em relação aos objetivos específicos desta investigação, a figura 7 reúne um resumo dos resultados obtidos a partir das informações coletadas.

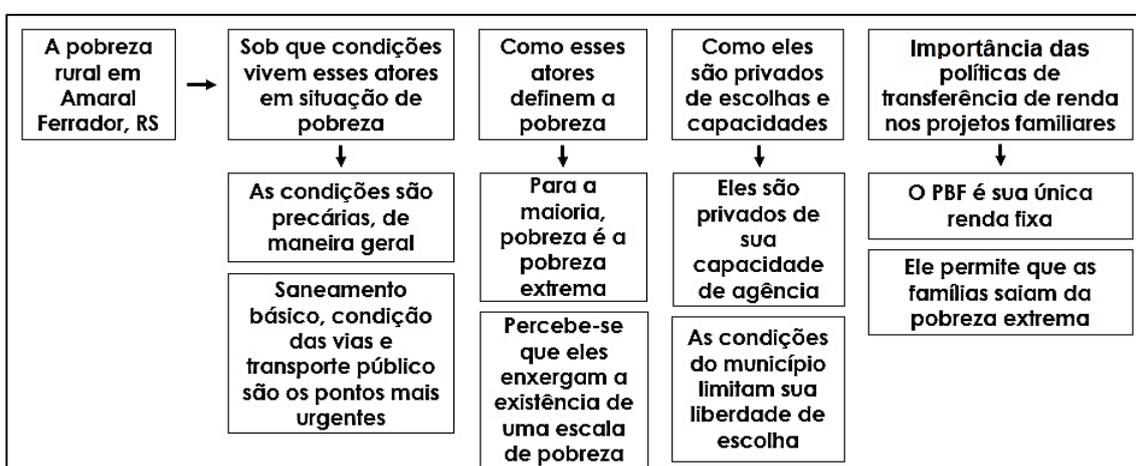


Figura 7 Resumo dos resultados encontrados. Fonte: Elaboração da autora.

A ideia por trás do debate acerca da definição do fenômeno da pobreza é que nós, como acadêmicos, como formuladores de políticas públicas, como cidadãos, possamos, a partir de sua compreensão, encontrar formas de solucioná-lo.

Os indicadores sociais começaram a ser propostos e testados por pesquisadores e órgãos internacionais a partir da constatação, em meados da década de 1960, de que apenas o crescimento econômico não era suficiente para elevar o nível de qualidade de vida da população, como afirmam Guimarães e Jannuzzi (2005).

Foi a partir dessa onda formada pelo chamado “Movimento de Indicadores Sociais” que foi criado o IDH, cuja proeminência, que perdura até

os dias atuais, deve-se em grande parte justamente ao seu reduzido número de dimensões, dado que isso facilita seu entendimento por parte de um público amplo e diversificado, além de facilitar o acesso às informações necessárias em quase todos os países, permitindo assim a sua comparação em nível global (GUIMARÃES; JANNUZZI, 2005).

Os quatro indicadores que compõem o índice, apesar de fornecerem uma ideia do que pode ser encontrado no espaço empírico, não permite que se saiba em que condições realmente vive a população, não havendo nem mesmo indicadores de infraestrutura, o que já ajudaria bastante a melhor avaliar os espaços. No caso do IDH-M, municípios com índices iguais ou parecidos podem apresentar situações muito distintas entre si, afinal existem muitas causas possíveis por trás de um baixo índice.

No caso dos indicadores de educação, é possível saber se existem analfabetos no município e se os alunos não frequentam suficientemente as aulas, mas o que está impedindo a população de chegar à escola? Existe transporte? As escolas são bem distribuídas pelo município? Qual a proporção de famílias em que os jovens precisam trabalhar para contribuir para o sustento de todos? Há perspectiva de trabalho no município para quem conclui os estudos?

Guimarães e Jannuzzi (2005) já trouxeram essa discussão, onde afirmam que a importância exacerbada que é conferida ao índice acaba por gerar uma substituição do conceito pela medida utilizada para operacionalizá-lo, ou seja,

[...] a avaliação da melhoria das condições de vida ou desenvolvimento humano em países, unidades da federação e municípios reduz-se a uma apreciação da variação do indicador construído. Não tendo havido modificação no indicador, não haveria eventuais avanços ou retrocessos das condições de vida ou desenvolvimento humano, ainda que fossem realizados (ou não) esforços de políticas para mudança social em uma dimensão não-contemplada pela medida (GUIMARÃES; JANNUZZI, 2005, p. 6).

A ideia de desenvolvimento é negada de toda a sua complexidade e acaba por ser restringida às três dimensões do IDH, fazendo com que as demais condições que podem levar a um aumento na qualidade de vida da população sejam deixadas de lado, não só no momento em que se compara os

níveis de desenvolvimento humano ao longo do tempo ou entre diferentes locais, quanto no senso comum da população. Essa objetividade posta sobre os fenômenos sociais e perpetuada através da contínua utilização de índices quantitativos ao longo do tempo torna muito mais difícil a desmistificação da importância dos aspectos subjetivos no aumento da qualidade de vida da população.

Foi ressaltada tantas vezes pelos atores consultados para esta pesquisa, tanto os profissionais quanto as beneficiárias, a importância de se valorizar as pessoas, de contribuir para o desenvolvimento da sua autoestima, de ajuda-las a perceber o quanto elas podem fazer por si mesmas e, ainda assim, questões desse tipo são em grande parte minimizadas ou desprezadas em debates sobre a pobreza.

Isso se liga também ao debate acerca da ênfase quantitativista na apreensão dos fenômenos sociais. Ele ganhou força entre os cientistas sociais nos países desenvolvidos paralelamente ao aumento da preocupação com a criação de indicadores sociais. Guimarães e Jannuzzi (2005) também ressaltam essa questão, além de como, no Brasil, os protagonistas desse debate simplesmente continuaram ilhados em seus pequenos universos,

[...] de um lado, os estatísticos, positivistas por formação e natureza, descrentes da "cientificidade" da pesquisa nas ciências sociais, descontentes com a baixa motivação de alunos das Sociais em apreender os fundamentos matemáticos das técnicas, ou ainda receosos da aplicação de métodos em dados tão mal-comportados; de outro, os cientistas sociais, e a crítica contundente à "reificação das cifras", ao "fetichismo das técnicas", a análise empiricista dos fenômenos sociais (GUIMARÃES; JANNUZZI, 2005, p. 4).

Mais grave ainda é o fato de que, apesar de ter sido elaborado com base na Abordagem das Capacitações, de Amartya Sen, a maneira como o IDH retrata a situação de vida das populações não reflete os próprios princípios de Sen, muito mais subjetivos do que os simples indicadores que compõem o índice. Sen conceitua desenvolvimento como um aumento das liberdades individuais de escolha e afirma que cada grupo social tem ideias muito diferentes a respeito do que significa ter qualidade de vida.

Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou

remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso à água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. Em outros casos, a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade (SEN, 2000, p. 18).

O que o IDH acaba fazendo é a determinação de padrões universais de qualidade de vida, como afirma Cardoso (1998),

A utilização desses conteúdos para a noção de desenvolvimento humano, ou mesmo a utilização da comparação internacional como metodologia revelam um viés etnocêntrico que toma os padrões ocidentais modernos como modelos a serem atingidos por todas as nações do planeta. Por exemplo, em sociedades com baixo grau de institucionalização das relações mercantis, a renda é um critério pouco efetivo para avaliar a produção e a circulação de bens e riquezas. Da mesma forma, existem sociedades em que o acesso ao conhecimento se dá a partir de meios ligados à tradição ou transmissão oral, mais eficazes para lidar com as realidades locais do que a alfabetização. (CARDOSO, 1998, p.46).

A mesma ideia pode ser aplicada ao caso do Programa Bolsa Família, cujos critérios, como mencionado anteriormente, são os mesmos em todo o território nacional, ou seja, independentemente de estar no rural ou no urbano, uma família é considerada elegível para o benefício se receber uma renda mensal per capita inferior a R\$ 179,00. Entretanto, os atores que se beneficiam dele são muito diferentes entre si.

A entrevistada número 4, por exemplo, que considera como pobreza a realidade encontrada na região Nordeste do Brasil, é colocada pelo PBF na mesma categoria social que as famílias residentes do sertão nordestino. Ela perceptivelmente não se dá conta disso, então por que para quem gerencia essa política pública tal categorização é tão inquestionável?

Viver com R\$ 179,00 mensais no Rio Grande do Sul é o mesmo que viver com R\$ 179,00 mensais em Sergipe, no Ceará, no Maranhão? O valor recebido pelo Programa em um estado tem o mesmo impacto na realidade das famílias que em outros? É impossível saber com certeza sem realizar estudos focados em cada uma dessas localidades. Sen (2000, p.133-134) traz argumentos em relação a comparações interpessoais baseadas na renda,

Os papéis de heterogeneidades pessoais, diversidades ambientais, variações no clima social, diferenças de perspectivas relativas e distribuições na família têm de receber a séria atenção que merecem na elaboração das políticas públicas. Às vezes argumenta-se que a renda é uma magnitude homogênea, ao passo que as capacidades são diversas. Esse contraste gritante não é inteiramente correto, pois qualquer avaliação de renda oculta diversidades internas. [...] A suposição de que a abordagem da comparação por renda é um modo mais “prático” de chegar às diferenças interpessoais de vantagens é difícil de sustentar.

Em Amaral Ferrador, a quantia é destinada principalmente ao pagamento de contas da casa, como a conta de luz e o gás, ao cuidado das crianças e à compra de alimentos. Mas ela impacta nos projetos familiares precisamente por ser fixa.

Uma renda fixa mensal faz toda a diferença, dado que a venda de tabaco se limita a um curto período de tempo no início de cada ano, para que os lucros durem até a próxima safra. Para os que vendem força de trabalho nas colheitas, a demanda por mão de obra também se concentra em um curto período.

Algumas entrevistadas afirmam que a quantia recebida é suficiente, outras afirmam que não. Porém, é difícil exigir do Estado que a quantia fornecida pelo Bolsa Família seja maior, porque por mais que ela seja ínfima em alguns casos, dado que a quantia mínima do benefício é de R\$ 89,00 mensais<sup>2</sup>, existem muitos beneficiários espalhados pelo Brasil. Além disso, em muitos lugares, como é o caso de Amaral Ferrador, o número de beneficiários não tende a reduzir com o tempo, considerando que tal redução dependa apenas da necessidade da população, pois por mais que os casais parem de ter filhos e seus filhos cresçam, o que vem sendo percebido é que esses filhos logo começam a receber o benefício também.

O benefício é uma condição para a sobrevivência e a reprodução social dessas famílias. Como afirma a assistente social, para muitas famílias rurais o Bolsa Família é a única fonte de renda. Ela afirma ainda que,

[...] tem famílias que recebem o benefício há cinco, seis anos, e nada mudou. Mas por que que nada mudou? Esse talvez seja um dos buracos que o Bolsa Família deixa. O que ele oferta paralelo à renda? Uma capacitação? Teve vezes em que o governo deu. Teve uma

---

<sup>2</sup> Desde a última alteração, realizada em junho de 2018.

capacitação que o governo deu que era oito horas por dia, a semana inteira, sendo que alguns [beneficiários] trabalham de peões na safra pra sobrevivência, pra ter uma outra renda, então de que forma eles iriam trabalhar assim, né? Além disso, outros, por medo, deixam de se capacitar achando que, conseguindo melhorar um pouco a renda, perderiam o benefício, a única renda fixa que eles têm (ASS).

Para que essas famílias pudessem utilizar o PBF como ponto de partida para uma ascensão social, elas precisariam estar em um ambiente favorável para tanto. Elas precisariam ter acesso a um mercado com demanda suficiente, que lhes passasse alguma segurança para arriscarem economicamente ao invés de viverem sempre com medo de perder o benefício do PBF. Uma política pública de transferência de renda, por si só, não basta para resolver a questão da pobreza, como também afirmam Silva et al. (2017),

[...] o PBF tem apresentado resultados bastante positivos, tanto no que tange a seus objetivos iniciais, quanto no que concerne a seu impacto em outros setores, tal como quando se verifica a ascensão social das famílias beneficiárias. No entanto, [...] ainda carece de uma atuação mais incisiva na promoção da emancipação das famílias, via integração com outras ações governamentais, dado que boa parte dos beneficiários rurais ainda é muito dependente da transferência de renda e não possui as capacitações exigidas para superar a situação de pobreza em que vivem (SILVA et al., 2017, p. 99).

Como afirmam Barros et al. (2003), focalizar o Bolsa Família para as parcelas mais pobres da população permite que seu impacto sobre elas seja o maior possível. Porém, partindo da ideia de que o papel do Estado é organizar a sociedade, sua prioridade deveria ser atender os cidadãos que não têm condições de alcançar sozinhos seu bem-estar ao mesmo tempo em que fornece condições para que os cidadãos que já têm seu bem-estar consigam mantê-lo.

Cohn (2009), trata dessa questão quando traz a diferença entre políticas destinadas ao alívio da pobreza e políticas destinadas à superação da pobreza. Segundo a autora,

[...] aquelas de curto prazo, de caráter mais imediatista, focalizadas naqueles grupos identificados como os mais despossuídos, e aquelas de longo prazo, de caráter permanente, universalizantes, voltadas para a equidade do acesso dos cidadãos aos direitos sociais, independentemente do nível de renda e da inserção no mercado de trabalho (COHN, 2009, p. 7)

Barros et al. (2003) defendem que sejam ampliados os gastos estatais com programas sociais, mas também ressaltam a importância de modificar o

critério de seleção de beneficiários desses programas a fim de melhor abranger a multidimensionalidade da pobreza. Tanto a ampliação desses gastos quanto uma maior focalização desses programas, a fim de atingir mais uniformemente as camadas mais pobres da população, requerem custos crescentes. Para os autores, para que se aumente os esforços para a redução da pobreza, é preciso que a sociedade como um todo esteja disposta a fazer isso acontecer.

Chamar a atenção da sociedade como um todo para a importância do combate à pobreza talvez requeira, primeiramente, que sejam deixados de lado os estereótipos atrelados a essa categoria social, os quais, junto com a “ênfase quantitativa” dada às análises sobre a pobreza, contribuem para uma normalização do problema. Esses atores em situação de pobreza precisam ser humanizados, precisam ser enxergados como atores sociais que são, e não apenas números. Suas existências têm complexidade, têm subjetividade.

No caso do rural, é preciso enxergá-lo como um meio multissetorial, ou seja, como um espaço destinado não apenas ao cultivo e à criação de animais, podendo abrigar outras atividades econômicas, e multifuncional, cuja função não se reduz à produção, mas engloba também a função ambiental, a função ecológica e a função social. Pensar dessa forma é pensar em desenvolvimento rural e políticas de desenvolvimento rural precisam atuar em conjunto com as transferências de renda para que a pobreza seja efetivamente combatida.

Em municípios como Amaral Ferrador, onde as possibilidades de trabalho são extremamente limitadas, até mesmo para quem tem acesso a uma educação básica completa, a única oportunidade que o PBF pode proporcionar para seus beneficiários é uma condição de sobrevivência um pouco melhor. E ela se replica sob o mesmo formato, a cada geração que passa, salvas raras exceções.

Reconhece-se a importância de qualquer incremento em qualidade de vida para a população. Se não fosse o Programa Bolsa Família e todos os programas que atuam em conjunto com ele para reduzir a pobreza e a desigualdade social, a situação dessas pessoas seria muitíssimo pior, os diversos estudos acerca dos resultados de todos esses programas

demonstram isso claramente. Entretanto, é preciso continuar aperfeiçoando as ferramentas de combate à pobreza no Brasil.

Ainda que existam políticas de desenvolvimento rural, os próprios executores dessas políticas, no caso os extensionistas, veem seu trabalho limitado por diversas questões sobre as quais eles não têm poder. No cenário de Amaral Ferrador, as estradas precisam ser pavimentadas para que se possa começar a pensar em alternativas econômicas ao tabaco e é necessário que sejam implementadas linhas de ônibus que liguem as diferentes localidades do município, para que a população possa circular mais facilmente.

É por causa de situações como essa que políticas públicas precisam ser fiscalizadas. No caso do PBF, não só para verificar se as beneficiárias estão recebendo o auxílio sem precisar, preocupação essa que acaba por criar um enorme estigma em torno do Programa, mas para verificar que real diferença ele está fazendo no combate à pobreza.

As famílias beneficiárias precisam ter o que comer, o que vestir e onde viver, é claro, e as crianças precisam frequentar a escola, mas não é só isso. Entretanto, as necessidades que vão além destas não são responsabilidade do PBF e, muitas vezes, não atingem apenas a parcela da população que é afetada por ele.

Apesar do foco desta pesquisa ser a parcela da população beneficiária do PBF, é nítido que toda a população sofre, de uma forma ou de outra, com as condições em que o município se encontra.

Pode-se arriscar dizer que a proeminência do Programa ofusque as reais necessidades das populações empobrecidas. Não seria melhor uma forte política de desenvolvimento rural que reconhecesse o PBF como um aliado para atuar com as famílias que precisam de ajuda financeira a fim de ascender socialmente?

Enfatizar tanto a pobreza como um fenômeno isolado está atrapalhando o caminho para um combate à pobreza que englobe de fato todas as dimensões da existência desses atores. A pobreza é uma consequência do subdesenvolvimento, é um ponto numa linha de questões que precisam ser

resolvidas para que a população como um todo tenha uma qualidade de vida crescente.

Conversar com pessoas cujas existências já foram previamente definidas como uma existência pobre permite o questionamento de tal definição. Quem decidiu que a existência de um indivíduo pode ser categorizada sem que o mesmo seja consultado e sem que sejam levadas em consideração suas reais opiniões e aspirações de vida?

Como afirma Soares (2009, p. 44), “até hoje não há um método de calcular a linha de pobreza que faça sentido. Talvez isto seja porque o próprio conceito de pobreza não faz sentido”. Categorizações, porém, facilitam muito a gestão pública, e isso precisa ser levado em consideração, principalmente, como afirma o autor, em sociedades desiguais onde existe uma preocupação com os que se encontram na parte inferior da distribuição de renda (SOARES, 2009).

É mais fácil separar a população de um país inteiro em várias subcategorias para definir as demandas de cada uma delas. Mas talvez estejamos olhando para as categorias erradas.

É fácil chegar à conclusão de que quando alguém vive sem condições básicas, como o acesso a uma ingestão calórica diária suficiente, esse alguém não tem grandes questionamentos acerca de suas condições precárias e seus desejos – sobreviver, no caso. Mas despender tanta energia em debater sobre o que determina uma condição de pobreza, seja na fome, na renda, nas condições de habitação, no nível de escolaridade, no estado de saúde, etc., talvez esteja impedindo que sejam gastas energias em de fato solucionar os problemas que causam tal condição.

Se todos precisam ter condições de vida adequadas para que possam exercer sua liberdade de escolha, então esse deveria ser o foco das ações em prol do desenvolvimento, ajustando tais ações de acordo com as necessidades de cada espaço.

Por mais que as camadas mais pobres da população requeiram atenção diferenciada, a pobreza não pode ser tratada como um fenômeno isolado do

processo de desenvolvimento, pois se acredita que isso promove a perpetuação do preconceito e os estereótipos ligados a essa categoria social. Além disso, causa nesses atores considerados pobres um estigma em relação a si mesmos, um sentimento de impotência, de impossibilidade de crescimento; tira-lhes a autoestima.

O debate acerca do desenvolvimento também gera muitas discordâncias, sim, mas englobar todas as parcelas da população dentro dele de forma igualitária poderia levar à redução do número de debates vigentes. Buscar o desenvolvimento é lutar pela redução das desigualdades, ou seja, é buscar fazer com que uma nação prospere em todos os aspectos que a compõem.

O fenômeno da pobreza assume características muito diferentes em cada lugar, tomando formatos diversos de acordo com as condições ambientais e com o processo histórico que vem definindo os grupos sociais ali residentes e a economia local. O fato de cada contexto ser único implica que cada pobreza é única, ou seja, para que cada quadro de pobreza seja eficientemente superado é necessário que cada um deles seja classificado da forma mais restrita possível, no que diz respeito ao espaço.

O poder municipal já é responsável pelos fatores mais citados como principais empecilhos para o desenvolvimento do município de Amaral Ferrador, que costumam se repetir em municípios predominantemente rurais com baixo desenvolvimento. Se cabem ao poder municipal questões ligadas a saneamento básico, asfaltamento das ruas, recolhimento de lixo e transporte público, cabe ao mesmo detectar as demandas da população referentes a essas questões.

Retomando a pergunta feita no início deste estudo: Com que fidelidade as ferramentas de determinação do subdesenvolvimento e da pobreza retratam a vida dos atores sujeitos a esses fenômenos? A resposta encontrada durante a execução deste trabalho é muito simples: insuficiente.

O caso de Amaral Ferrador é apenas um exemplo de como existem muitos fatores por trás de um baixo índice de desenvolvimento humano. Em um

país com proporções continentais como o Brasil, certamente existem muitos arranjos distintos privando as populações de melhores condições de vida. Trabalhos focados como este nos permitem refletir sobre o que de fato é necessário para avançar um processo de desenvolvimento e para nos ajudar a refletir sobre qual desenvolvimento beneficiará cada grupo, porque nunca existe apenas um caminho a seguir.

É incontestável que é papel das pesquisas científicas analisar o ambiente empírico descrito pelos dados existentes e entender melhor o que está por trás deles, mas a solução aos problemas chegaria muito mais rápido se todas as informações relevantes já fossem disponibilizadas em um primeiro momento.

No caso do PBF, seu critério principalmente monetário seleciona uma parcela da população como “os mais pobres”, os que precisam de auxílio financeiro para sobreviver, mas a sua existência não exclui do espectro da pobreza famílias que não se enquadram na renda máximo exigida para fazer parte do Programa. Como ocorre em Amaral Ferrador, toda a população é afetada pelo baixo desenvolvimento municipal, algumas mais e outras menos.

Contudo, além dos beneficiários e das famílias que vivem com privações mesmo sem se enquadrar no benefício, ainda existem pessoas isoladas a ponto de não terem conhecimento do PBF e também pessoas que se enquadram, porém ainda não conseguiram obter o benefício. Como uma sugestão para estudos futuros, é preciso saber como essas pessoas estão vivendo, como elas conseguem sobreviver dado que o PBF já é condição mínima de sobrevivência para muitos beneficiários.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto aos objetivos deste trabalho, foi possível obter um retrato da pobreza rural existente no município sul-rio-grandense de Amaral Ferrador. Primeiramente, constatou-se que a pobreza encontrada no município não é uma condição escancarada, quando comparada à realidade rural como um todo.

As famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família vivem sob condições precárias, entretanto, no que diz respeito a alimentação, acesso à educação formal e à saúde, elas vivem de maneira em que se pode afirmar que suas condições básicas de vida estão sendo atendidas.

Os maiores problemas encontrados residem na infraestrutura municipal e, portanto, são responsabilidade da prefeitura, por mais que a mesma pareça ignorar o fato. Não há transporte público e o município não tem acesso a estradas pavimentadas, o que dificulta tanto a locomoção da população dentro do município quanto a entrada e a saída do mesmo, resultando em um isolamento generalizado.

A população rural não tem condições de saneamento básico, pouquíssimas propriedades têm fossa séptica, há casos nos quais as famílias não possuem banheiros e não há coleta de lixo no meio rural, o que faz com que a população recorra à queima dos resíduos inorgânicos e ao descarte indevido dos orgânicos.

A quantia fornecida pelo Bolsa Família configura a única renda fixa que as famílias beneficiárias recebem, dado que nem a produção de tabaco e nem a venda de força de trabalho nas lavouras, principais fontes de renda da população rural, proporcionam às famílias uma renda uniforme ao longo do ano. Por mais que pareça irônica para alguns a associação da fumicultura à pobreza rural, essa situação é bastante presente em propriedades que não têm condições de produção ideais, como as propriedades com área reduzida e solo degradado encontradas em Amaral Ferrador.

Mesmo sendo uma quantia muito baixa em alguns casos, com o benefício mínimo equivalendo a R\$ 89,00 mensais, o valor já é suficiente para que muitas famílias deixem de enxergar a si mesmas como pobres.

Para as entrevistadas, a pobreza extrema é o que elas consideram como pobreza, com muitas afirmando que viveram nessa situação no passado, antes de receberem o Bolsa Família. Percebe-se que muitas enxergam uma escala de pobreza, na qual quem tem o mínimo para viver já não é tão pobre, por mais que ainda viva com dificuldades.

As famílias analisadas vivem no limite da sobrevivência, exatamente com o mínimo. Qualquer gasto extra, como roupas, eletrodomésticos, algum conserto na casa e a compra de remédios para alguma doença, já desestruturam as finanças da casa e, muitas vezes, são deixados de lado para que as questões mais urgentes, como as contas e a alimentação, sejam sanadas.

Justamente por causa do isolamento do município, a população não tem muitas condições para ascender socialmente. As opções de trabalho são ínfimas e não há grandes oportunidades para os jovens que concluem a educação formal, o que os desestimula de permanecerem na escola a partir do Ensino Médio.

Ainda assim, a obrigatoriedade de frequência escolar do PBF fez aumentar consideravelmente o nível de escolaridade da população, dado que, na geração anterior à criação do Programa, dificilmente as crianças residentes do meio rural concluíam o Ensino Fundamental.

O que se percebe no que diz respeito ao trabalho, é que o ciclo tende a se repetir a cada geração, com os jovens normalmente optando por venderem força de trabalho nas lavouras até que seja possível terem uma área própria para plantar, assim como fizeram os seus pais.

Com a perpetuação da situação de isolamento do município, o número de beneficiários do Bolsa Família não tende a diminuir, levando em consideração apenas a necessidade da população, já que, mesmo que os

atuais beneficiários deixem de recebe-lo, seus filhos logo tornam-se beneficiários quando começam a constituir suas famílias.

Além disso, é perceptível a forma como a população habituou-se às condições precárias em que vive, o que pode ser visto como um sentimento de impotência, uma desvalorização de si mesma. Como afirmam a extensionista e a assistente social consultadas durante o estudo, a população não tem autoestima, não conhece seus direitos e não percebe o poder que tem para melhorar as próprias condições de vida.

Essa situação obtém grandes chances de mudança através da participação social, que vem sendo fomentada pela extensão rural e pela assistência social especialmente para as mulheres rurais, a fim de promover a interface e mostrar como, em conjunto, elas têm muito a ganhar em informação e força mobilizadora.

Ainda nessa questão, por mais que a interface que se dá entre esses atores e entre eles e atores da assistência social e da ATER tenha tantos benefícios, as questões subjetivas que a cercam são em grande parte minimizadas ou desprezadas em debates sobre a pobreza.

Para identificar ou determinar os níveis de qualidade de vida da população, as ferramentas oficiais quantificam a situação a partir de indicadores que pouco dizem sobre o que de fato se passa no espaço empírico, privando fenômenos como a pobreza e o desenvolvimento da complexidade que eles contêm.

Assim como o fato de que o IDH utiliza o mesmo critério de avaliação dos níveis de desenvolvimento no mundo inteiro implica numa universalização etnocêntrica do desenvolvimento baseada nos padrões ocidentais modernos, como afirma Cardoso (1998), o fato de que o PBF utiliza o mesmo critério a nível nacional para decidir quais famílias precisam de auxílio financeiro do Estado para sobreviverem é uma determinação que anula qualquer particularidade que a pobreza possa assumir de acordo com cada espaço.

O fenômeno da pobreza assume características muito diferentes em cada lugar, tomando formatos diversos de acordo com as condições ambientais

e com o processo histórico que vem definindo os grupos sociais ali residentes e a economia local. O fato de cada contexto ser único implica que cada pobreza é única.

Sendo assim, debater incessantemente sobre qual concepção de pobreza é a melhor ou é a correta, tratando-a como um fenômeno isolado dos processos de desenvolvimento, talvez esteja desviando uma atenção que poderia estar sendo destinada a pensar formas de melhorar as condições de vida da população como um todo. Especialmente no caso do meio rural, se o enfoque fosse voltado para melhorar as condições gerais, com certeza essas populações teriam mais chances de melhorar suas condições individuais de vida.

Uma política pública de transferência de renda, por si só, não basta para resolver a questão da pobreza, pois a mesma só pode ser dada como resolvida quando tal política deixa de ser necessária em grande escala, ou seja, quando a maior parte da população consegue ter boas condições de vida a partir de seu próprio esforço. Evidentemente que a obrigatoriedade em manter as crianças na escola e vacina-las traz grandes benefícios para a população, mas, ainda, não é suficiente.

Como afirmam Barros et al. (2003), a focalização do PBF permite um impacto significativo, porém é importante não só fornecer melhores condições de vida para a população, mas também promover a sua manutenção. Como afirmam Kageyama e Hoffman (2006), a superação da pobreza multidimensional está relacionada a efeitos de longo prazo consequentes do desenvolvimento regional e dos investimentos em infraestrutura. Políticas de longo prazo, como explica Cohn (2009), que não só aliviem casos emergenciais de pobreza monetária, mas que beneficiem a população como um todo.

Um processo semelhante ao de busca ativa, utilizado para identificar possíveis beneficiários do PBF, poderia ser utilizado com o intuito de mapear o meio rural, identificando quais as melhorias que precisam ser feitas em infraestrutura para melhor atender a população rural. Trabalhos focados como

este nos permitem refletir sobre o que de fato é preciso fazer para aperfeiçoar as ferramentas de combate à pobreza para que elas resultem em efeitos de longo prazo.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec, 1998.

ACSP. Associação Comercial de São Paulo. **Indicadores Financeiros**. Disponível em: <<http://acsp.com.br/economia/indicadores-financeiros>> Acesso em: 02 nov. 2017.

AFUBRA. 2019. **Evolução da Fumicultura**. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/fumicultura-brasil.html>> Acesso em: 7 mai. 2019.

ALMEIDA, Guilherme EG de. **Fumo: servidão moderna e violação de direitos humanos**. Curitiba: Terra de Direitos, v. 168, 2005.

ANDRADE, Álvaro Antônio Xavier; SILVA, Gustavo Bianchi; ANDRADE, Nadir Xavier. O acesso às políticas públicas no semiárido e seu reflexo na heterogeneidade da agricultura familiar: o PNAE em Boquira-BA. **Extensão Rural**, v. 22, n. 2, p. 79-97, 2015.

ATRIA, Raúl. Capital social: concepto, dimensiones y estrategias para su desarrollo. **En: Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma-LC/G. 2194-P-2003-p. 581-590**, 2003.

BANERJEE, Abhijit V.; DUFLO, Esther. **Poor economics: A radical rethinking of the way to fight global poverty**. Public Affairs, 2011.

BALEM, Tatiana Aparecida; SCARIOT, Evandro; PELLEGRINI, João Batista Rossetto; SCARIOT, Adriano. 10987-Desafios para impulsionar a transição agroecológica no município de Amaral Ferrador/RS. **Cadernos de Agroecologia**, v. 6, n. 2, 2012.

BARDIN, Lawrence. Análise de conteúdo. **Lisboa: edições**, v. 70, p. 225, 1977.

BARROS, Ricardo Paes de. A proposal for drawing up indigence lines. In: **En: Second Meeting of the Expert Group on Poverty Statistics (Rio Group)-LC/R. 1960-2000-p. 45-76**. 2000.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela; FRANCO, Samuel; MENDONÇA, Rosane. A focalização do Programa Bolsa Família em perspectiva comparada. **Governo Federal**, p. 111, 2003.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. Pobreza multidimensional no Brasil. 2006.

BATISTA, Henrique Rogê; NEDER, Henrique Dantas. Efeitos do Pronaf sobre a pobreza rural no Brasil (2001-2009). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 147-166, 2014.

BIGGS, Stephen; MATSAERT, Harriet. An actor-oriented approach for strengthening research and development capabilities in natural resource systems. **Public Administration & Development**, v. 19, n. 3, p. 231, 1999.

BIGGS, Stephen; MATSAERT, Harriet. **Strengthening poverty reduction programmes using an actor-oriented approach: examples from natural resources innovation systems**. Overseas development institute (ODI). Agricultural research & extension network (AgREN), 2004.

BONATO, AMADEU ANTONIO. Desafios e potencialidades para a diversificação na agricultura familiar produtora de tabaco. **Estudo a partir dos diagnósticos realizados nas Unidades de Produção Familiar da Chamada Pública de ATER para a Diversificação nas Áreas de Cultivo de Tabaco**. PNUD/MDA/SAF/DATER, 2013.

BOURDIEU, P. **The forms of capital**. Nova Iorque: Greenwood, 1985.

BRAGA, Natalia Lopes; MACIEL, Regina Heloisa; DE CARVALHO, Renata Guimarães. Redes sociais e capital social de catadores associados. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, n. 1, 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário para diversificação da produção e renda em áreas cultivadas com tabaco no Brasil**. 2010. Brasília: MDA.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Chamada pública para seleção de entidade executora de assistência técnica e extensão rural**

**para agricultores/as familiares inseridos em municípios com produção de tabaco na região sul do Brasil.** Disponível em:

<[http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/chamadas/CHAMADA\\_Diversifica%C3%A7%C3%A3o\\_SUL\\_republica%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/chamadas/CHAMADA_Diversifica%C3%A7%C3%A3o_SUL_republica%C3%A7%C3%A3o.pdf)> Acesso em: 30 mar. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família e Cadastro único no seu município.** 2019. Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>> Acesso em: 30 abr. 2019.

BRYDEN, J. M.; BELL, C.; GILLIATT, J. Adaptation des menages agricoles en Europe occidentale 1987-1991. **Rapport final du programme de recherche sur les structures et la pluriactivité des ménages agricole.** Arkelton: Trust Research LTD, Commission européenne, 1992.

CAMPELLO, Tereza. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. **Bolsa Família**, p. 15, 2013.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** Ipea, 2013.

CARDOSO, Adauto Lúcio. Indicadores sociais e políticas públicas: algumas notas críticas. Proposta, n.77, jun./ago. 1998.

CHAYANOV, Alexander Vasil'evich. A organização da unidade econômica camponesa. 1974.

CHAYANOV, Alexander Vasil'evich. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas. **A questão agrária. São Paulo: brasiliense**, p. 134-163, 1981.

COHN, Amélia. Políticas sociais e pobreza no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n. 12, 2009.

COTRIM, Décio Souza. **O estudo da participação na interface dos atores na arena de construção do conhecimento agroecológico.** Porto Alegre. Tese. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2013.

COTRIM, Décio Souza; CANEVER, Mario Duarte. A caracterização dos agricultores familiares que cultivam tabaco no Território Centro-Sul/RS. **Redes**, v. 21, n. 3, p. 239-257, 2016.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE-eletrônica**, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2002.

DE MATTOS, Ely José; WAQUIL, Paulo Dabdab. Pobreza rural no Rio Grande do Sul: comparando abordagens. **Ensaio FEE**, v. 28, 2008.

DIAS, Thiago Ferreira; NUNES, Emanuel Márcio; TORRES, Fátima de Lima; TORRES, Antônio Caubí Marcolino. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) como estratégia de inserção socioeconômica: o caso do Território da Cidadania Sertão do Apodi (RN). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 9, n. 3, 2013.

DIENER, Ed. New findings and future directions for subjective well-being research. **American psychologist**, v. 67, n. 8, p. 590, 2012.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de saúde pública**, v. 24, p. 17-27, 2008.

FERRÃO, João. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 33, p. 45-54, 2000.

FERREIRA, Francisco HG; LANJOUW, Peter; NERI, Marcelo. A robust poverty profile for Brazil using multiple data sources. **Revista Brasileira de Economia**, v. 57, n. 1, p. 59-92, 2003.

FONTES, Breno Augusto Souto-Maior; EICHNER, Klaus. A formação do capital social em uma comunidade de baixa renda. **Redes. Revista hispana para el análisis de redes sociales**, v. 7, n. 3, 2004.

GARCIA FILHO, Danilo Prado. **Guia metodológico: diagnóstico de sistemas agrários**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 1999.

GIDDENS, Anthony. The constitution of society: Outline of the structuration theory. **Cambridge: Polity**, 1984.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GONZÁLEZ, S. R.; PEREIRA, V. C.; DAL-SOGLIO, F. K. A perspectiva orientada ao ator em estudos sobre Desenvolvimento Rural. **Perspectivas Rurales**, p. 101-121, 2014.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares; JANNUZZI, Paulo de Martino. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 7, n. 1, p. 73, 2005.

HAGENAARS, Aldi JM; PRAAG, Bernard. A synthesis of poverty line definitions. **Review of Income and Wealth**, v. 31, n. 2, p. 139-154, 1985.

HELFAND, Steven M.; PEREIRA, V. da F. Determinantes da pobreza rural e implicações para as políticas públicas no Brasil. **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas**, v. 16, 2012.

IBGE. Biblioteca IBGE. **Amaral Ferrador**. 2013. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/amaralferrador.pdf>> Acesso em: 16 nov. 2017.

IBGE. **Censo Demográfico. 2010**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>> Acesso em: 16 nov. 2017.

IBGE. Cidades. **Município de Amaral Ferrador**. 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/amaral-ferrador/panorama>> Acesso em: 16 nov. 2018.

- IBGE. **Pesquisa Nacional De Amostra por Domicílios (PNAD)**. 2015. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnad>> Acesso em: 30 out. 2017.
- IBGE. **Síntese dos Indicadores Sociais**. 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=resultados>> Acesso em: 11 dez. 2018.
- JUNIOR, James Ferreira Moura; SARRIERA, Jorge Castellá. As relações entre pobreza e bem-estar: uma revisão sistemática. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 8, n. 2, p. 100-125, 2017.
- KAGEYAMA, Angela; HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, v. 15, n. 1, p. 79-112, 2006.
- KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. UFRGS, 2008.
- KÜHN, Daniela Dias. **Oportunidades, ruralidade e pobreza no Rio Grande do Sul: as relações apresentadas pela abordagem das capacitações nos municípios gaúchos**. 2008.
- LACERDA, Fernanda Calasans Costa. Significados da pobreza na sociedade contemporânea. **A nova cara da pobreza rural: desafios para Políticas Públicas**. Brasília: IICA Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, (16), p. 205-233, 2012.
- LONG, Norman. **Development Sociology: actor perspectives**. London: Routledge, 2001.
- LONG, Norman; LONG, Ann (Ed.). **Battlefields of knowledge: the interlocking of theory and practice in social research and development**. London: Routledge, 1992.
- LONG, Norman; VAN DER PLOEG, Jan Douwe. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: **Os atores do desenvolvimento rural, perspectivas teóricas e práticas sociais**. UFRGS, 2011. p. 21-48.

LUCERO, Leticia Monfardini; PIOVESAN, Carla Bertoldo; FERNANDES, Débora Dalcin; GHISLENI, Daniele Rospide; COLPO, Elisângela. Acompanhamento nutricional de crianças de baixa renda que se beneficiam do programa nacional de alimentação escolar (PNAE). **Rev. AMRIGS**, v. 54, n. 2, p. 156-161, 2010.

MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do pacífico ocidental. **São Paulo: Abril Cultural**, v. 2, 1978.

MARTINS, Ana Raquel Paiva; FERRAZ, Fernando Toledo; COSTA, Márcio Macedo da. Sustentabilidade ambiental como nova dimensão do Índice de Desenvolvimento Humano dos países. **Revista do BNDES, Rio de Janeiro**, v. 13, n. 26, 2006.

MARTINS, Clitia Helena Backx; JUNIOR, Marco Vinício Wink. Pobreza extrema em municípios do Rio Grande do Sul: evidências da multidimensionalidade. **Porto Alegre: FEE**, 2013.

MELLO, Janine; ANDRADE, Bruno Teixeira; MELCHIORI, Cíntia Ebner; OLIVEIRA, Ysrael Rodrigues. A inclusão produtiva rural do Brasil Sem Miséria: estratégias e primeiros resultados. **Cadernos de Estudos-Desenvolvimento Social em Debate**, n. 23, 2014.

MUNDIAL, Banco. Vozes dos pobres. **Brasil-Relatório nacional**, 2000.

NARAYAN, Deepa. Bonds and bridges: social capital and poverty. **Social capital and economic development: well-being in developing countries**. Northampton, MA: Edward Elgar, p. 58-81, 2002.

NARAYAN, Deepa; CASSIDY, Michael F. A dimensional approach to measuring social capital: development and validation of a social capital inventory. **Current sociology**, v. 49, n. 2, p. 59-102, 2001.

NARAYAN, Deepa; PRITCHETT, Lant. Cents and sociability: Household income and social capital in rural Tanzania. **Economic development and cultural change**, v. 47, n. 4, p. 871-897, 1999.

NEDER, Henrique Dantas; BUAINAIN, Antônio Márcio; SILVA, Guilherme Jonas Costa da. A Pobreza Rural no Brasil: Uma Abordagem de Mensuração Multidimensional. **A Nova Cara da Pobreza Rural: Desenvolvimento e a Questão Regional**. 1ed. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), v. 17, p. 57, 2013.

NERI, Marcelo Côrtes; SOUZA, Pedro Herculano Cavalcanti Ferreira de. A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda. 2012.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Banco Mundial: quase metade da população global vive abaixo da linha da pobreza**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/banco-mundial-quase-metade-da-populacao-global-vive-abaixo-da-linha-da-pobreza/>> Acesso em: 18 nov. 2018.

ONYX, Jenny; BULLEN, Paul. Measuring social capital in five communities. **The journal of applied behavioral science**, v. 36, n. 1, p. 23-42, 2000.

PAIVA, Luis Henrique; FALCÃO, Tiago; BARTHOLÓ, Letícia. Do Bolsa Família ao Brasil Sem Miséria. **Bolsa Família**, 2013.

PELIANO, Anna Maria. O mapa da fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar. In: **O mapa da fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar**. 1993.

PERÓ, Valéria. Tendências da mobilidade social intergeracional no Rio de Janeiro. **Anais da ANPEC, Salvador**, 2001.

PINTO, João Antônio Silva; SANTOS, Ricardo Bruno Nascimento dos; BRASIL, Marília Carvalho; PONTES, Higor Fernando do Nascimento. **Índice de Pobreza Multidimensional Camponesa**. SOBER. Anais 2017.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade de democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. 260p.

RAHMATO, Dessalegn; KIDANU, Aklilu; ABABA, Addis. Consultations with the Poor. **A Study to Inform The World Development Report/2000/01 On Poverty and Development (National Report, Ethiopia)**, 1999.

RIBEIRO, C. M. Campesinato, teoria social e os pecuaristas familiares: ambiguidades existenciais e controvérsias conceituais. **Porto Alegre: UFRGS/PGDR**, 2005.

RIBEIRO, Lilian Lopez; ARAUJO, Jair Andrade de. Capital social e pobreza no Brasil. **Brazilian Journal of Political Economy/Revista de Economia Política**, v. 38, n. 4, 2018.

RIOS, Dênis Fernando Fraga; PINTO, Neide Maria de Almeida; LORETO, Maria das Dores Saraiva; FIÚZA, Ana Louise Carvalho. O programa Bolsa-Família em um contexto de cidades rurais: o caso de Bambuí-MG. 2011.

ROBISON, Lindon J.; SILES, Marcelo E.; SCHMID, Allan. El capital social y la reducción de la pobreza: hacia un paradigma maduro. **Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma**, p. 51-114, 2003.

RS. Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul. **Fumo**. 2015. Disponível em: < <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/fumo> > Acesso em: 30 mar. 2019.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. 2006.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. **São Paulo: Companhia das Letras**, 2000.

SEN, Amartya. Human Development Index: Methodology and Measurement. 1994.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e pluriatividade. 1999. 470p.** 1999. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Sociologia), UFRGS, Porto Alegre.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista brasileira de ciências sociais. São Paulo. Vol. 18, n. 51 (fev. 2003), p. 99-122**, 2003.

SCOTT, James C. Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance Yale University Press. **New Haven**, 1985.

SILVA, Carolina Braz de Castilho et al. PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS BENEFICIÁRIOS RURAIS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA REGIÃO SUL DO BRASIL. **Análise Econômica**, v. 35, n. especial, 2017.

SILVEIRA, Fernando Gaiger; CARVELHO, Alexandre Xavier Ywata; AZZONI, Carlos Roberto; CAMPOLINA, Bernardo; IBARRA, Antonio. Dimensão, magnitude e localização das populações pobres no Brasil. Brasília, IPEA, 2007.

SKOUFIAS, Emmanuel; NAKAMURA, S.; GUKOVAS, R. Salvaguardas Contra a Reversão dos Ganhos Sociais Durante a Crise Econômica no Brasil. **World Bank**, 2016.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. Metodologias para estabelecer a linha de pobreza: objetivas, subjetivas, relativas e multidimensionais. Brasília, 2009.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. **O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras**. Brasília, IPEA, 2009 (Texto para Discussão).

SOBRAL, Francine; DE MIRANDA COSTA, Vera Mariza H. **National School Feeding Program--PNAE: systematization and importance/Programa nacional de alimentação escolar: sistematização e importância. Alimentos e Nutrição** (Brazilian Journal of Food and Nutrition), v. 19, n. 1, p. 73-82, 2008.

TOIGO, Camila Horst; CONTERATO, Macelo Antonio; WAQUIL, Paulo Dabdab. Domicílios rurais do Território Zona Sul: condições de vida e percepções. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 25, n. 1, 2017.

VEIGA, José Eli da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 101-119, 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**, v. 3, p. 21-55, 1999.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2009.

WOOLCOCK, Michael; NARAYAN, Deepa. Social capital: Implications for development theory, research, and policy. **The world bank research observer**, v. 15, n. 2, p. 225-249, 2000.

WORLD BANK GROUP. **Atlas of Sustainable Development Goals 2017: From World Development Indicators**. World Bank Group, 2017.

WORLD BANK GROUP. **Poverty headcount ratio at national poverty lines (% of population)**. Disponível em:  
<<https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.NAHC?end=2015&locations=BR&start=2001>> Acesso em: 14 out. 2017.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso-: Planejamento e métodos**. Bookman editora, 2015.

## APÊNDICE

### Instrumento para coleta de Dados Qualitativos

*Qual é a representação da pobreza rural para as pessoas que vivem nessa situação?*

Mestranda: Stefanie Herbsthofe

Campo: Zona rural de Amaral Ferrador/RS

Entrevista: Individual

Dados de controle: Ficha nº \_\_\_\_\_

Data da entrevista \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

#### A. Habitação

##### A.1. Características do domicílio

- 1) A senhora e seu companheiro sempre viveram em Amaral Ferrador? Se não, vivem há quanto tempo?
- 2) Quantas pessoas vivem na propriedade?
- 3) Quantas construções tem a propriedade?
- 4) Quantos cômodos tem a casa?
- 5) A casa é como a senhora gostaria que ela fosse? Se não, o que mudaria?

##### A.2. Saneamento básico

- 1) De onde vem a água utilizada na propriedade?
- 2) A água consumida é tratada?
- 3) Há água suficiente o ano inteiro?
- 4) Há banheiros na propriedade? Dentro da casa ou fora?
- 5) Para onde vai o esgoto?
- 6) Há coleta de lixo? Se não, qual seu destino?

#### B. Trabalho e acesso a serviços públicos

- 1) Tem produção agropecuária na propriedade? Qual (is)?
- 2) Trabalha fora da propriedade?
- 3) Frequentou a escola? Até que ano?

- 4) Se não concluiu os estudos, por que teve que parar?
- 5) Como funciona o acesso à saúde? Há hospitais próximos? Tem condições para ir quando necessário?
- 6) Que meios de transporte utiliza para se deslocar?
- 7) Tem acesso a transporte público?

### **C. Segurança alimentar**

- 1) Há produção de alimentos para consumo da família na propriedade?
- 2) Como são as condições para adquirir alimentos fora da propriedade?
- 3) A comida disponível dura o mês inteiro?

### **D. Participação social**

- 1) Alguém da família faz parte de alguma associação ou cooperativa?
- 2) A família faz parte de alguma instituição religiosa?
- 3) Como é o relacionamento entre os membros da comunidade? As famílias se reúnem para momentos de lazer?
- 4) A família recebe alguma assistência técnica ou social? Se sim, quão próxima é a relação da família com os assistentes que os visitam?

### **E. Políticas Públicas**

- 1) Além do Bolsa Família, a família já fez uso de outros programas como o Pronaf ou aposentadorias?
- 2) Quanto ao Bolsa Família, que mudanças ocorreram na vida em família a partir do seu surgimento?
- 3) A quantia recebida é suficiente para que? Ela deveria ser maior?
- 4) O que você gostaria de ter ou de fazer que ainda não conseguiu?
- 5) Quem você acha que deveria receber o Bolsa Família?
- 6) O que é pobreza para você? Quem você enxerga como pobre?
- 7) Você acha que a pobreza significa o mesmo para todos ou que cada pessoa tem uma ideia diferente sobre ela?